EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

JOSÉ FRANKLIN DE SOUSA
Pós-graduado pela PUC-SP em Direito Processual Civil
e Direito do Consumidor

O autor é advogado em São Paulo e Fortaleza. Graduado e pós-graduado pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil e Direito do Consumidor. Publicou as seguintes obras, todas pela Editora J. H. Mizuno: Elementos da Ação Cautelar, Responsabilidade Civil e Intervenção de Terceiros e Coisa Julgada.

EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL
ÍNDICE

Introdução.....6

CAPÍTULO I
ABORDAGEM GERAL

1.Algumas questões da educação ambiental.....33
2.A importância da gestão da qualidade e do planejamento estratégico na gestão escolar.....38
3.Filosofia na Educação Infantil.....49
4.Desenvolvimento da Escrita na Educação Infantil.....60
5.Avaliação do ensino básico.....69
6.Uma breve análise da avaliação educacional.....73
7.Gestão de pessoas e seus desafios nas organizações.....79
8.Relações entre argumentação e modelagem no contexto da ciência e do ensino de ciências.....91
9.Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social.....94
10.Política educacional, emprego e exclusão social.....117
11.O que a Escola deveria aprender antes de ensinar?.....122
12.História do Currículo no Brasil.....125
13.Direito humano à educação.....131
14.Dívida educacional.....152
15.Educação a menores infratores.....162
16.Educação escolar na prisão na visão dos professores.....171
17.Avaliação da educação superior.....184
18.A importância da avaliação na educação a distância.....188
19.Revisão de Literatura sobre Epistemologia Educacional.....195
20.A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas.....210
21.Tecnologias sustentáveis, sustentabilidade e práticas pedagógicas no ensino médio.....212

CAPÍTULO II
DIREITO À EDUCAÇÃO

1.Educação básica.....215
2.Ensino Superior.....220
3.Educação especial.....223
4.Reparação civil.....238
5.Estudante de 15 anos aprovada no Sisu consegue matrícula na UFMS.....250

6.Mandado de segurança: ENEM.....251
7.Aluno de ensino médio poderá se matricular em universidade.....254
8.A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96).....254
8.1. O currículo.....255
8.2.A avaliação.....257
8.3.Papel e formação dos professores.....259
8.4.Ensino à Distância.....261
8.5.Outros destaques.....261
8.6.Sistema Estadual de Ensino.....265
8.7.Legado institucional na duração dos cursos.....270
8.8.A LDB, as corporações e a duração de cursos.....278
9.Instituições universitárias.....282
10.Políticas públicas pelo direito à educação.....298
11.Mudança no Conselho Nacional de Educação é questionada no STF.....307
12.Educação e filosofia.....308
13.Educação e mídia.....315
14.Educação, trabalho e cidadania.....321
15.Mudança na base nacional comum curricular.....336
16.Dívida educacional.....339
17.Escola prisão.....351
18.Direito à educação e o contexto da aprendizagem.....361
19.A escola na prisão.....365
20.A sombra do vestibular.....374
21.O ensino jurídico brasileiro vive a sua morte anunciada.....375
22.Revalidação de diploma.....379
23.Sala de aula.....382
24.Direitos e deveres do professor.....385
25.Educação ambiental escolar.....387
26.O que a Escola deveria aprender antes de ensinar.....388
27.Formação humana e educação profissional: diálogo ou dicotomia?.....396
28.*Homeschooling*.....407
29.O contingenciamento de recursos da educação.....413
30.Educação no Brasil.....421

CAPÍTULO III

COMUNICAÇÃO

1.Introdução.....428
2.Conceito.....430

CAPÍTULO IV

COMUNICAÇÃO SOCIAL

1.Conceito.....433
2.Meios de comunicação no Brasil.....451

3.Protestos.....451
4.Direito humano à comunicação.....468
5.Limites da liberdade de expressão.....484
6.Direito difuso à comunicação.....505

CAPÍTULO V

MÍDIA

1.Mídia ilegal.....520
2.Concentração da mídia.....522
3.Mídia: equilíbrio.....525
4.Mídia e comunicação.....528
5.Intervozes.....534
6.Liberdade de expressão e os meios de comunicação.....538

CAPÍTULO VI

DIREITO À INFORMAÇÃO

1.Arcabouço normativo.....558
2.Publicidade institucional e manipulação pelo poder público.....589
3.Direito à informação na Constituição Federal.....597
4.Liberdade de expressão em portal de notícias.....606
5.Liberdade de expressão e discriminação.....609
6.Evolução do direito à informação.....617

Bibliografia.....630

EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Daria tudo que eu sei pela metade do que eu ignoro (René Descartes).

Introdução.

A liberdade é medida pela dimensão do conhecimento, por isso não podemos permanecer presos pela ignorância. Podemos recorrer a François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire, para afirmar que 'posso não concordar com nenhuma palavra que tu dizes, mas defenderei até a morte o direito de dizê-las'. E h*oneste vivere* (viver honestamente), *alterum non laedere* (a ninguém lesar) e *suum cuique tribuere* (dar a cada um o que é devido).

O ser humano parou de pensar de uma forma verdadeira e crítica, entregando-se aos prazeres momentâneos e a algumas boas sensações, satisfazendo-se a si mesmo, sem qualquer senso crítico.

A ignorância é tão ruim (ou pior) que a ilusão do conhecimento. (Rafael Rodrigues). 'A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta; e somente esta: a Ignorância! Ela é a mãe da servilidade e da miséria'. (Rui Barbosa). 'O maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, mas sim a ilusão da verdade' (Stephen William Hawking).

O mundo social reflete sempre o grau do conhecimento humano (Pontes de Miranda). O direito continua a ser elaborado e explicado segundo os métodos dos tempos romanos e da Idade Média (Pontes de Miranda).

O estudo do direito exige uma síntese de todos os métodos conhecidos de pesquisa, mantendo uma relação aos resultados do conhecimento humano contemporâneo (Pontes de Miranda).

O homem é livre se não está obrigado a obedecer a nenhuma pessoa, mas unicamente às leis (Kant). O homem é o único ser capaz de fazer mal a seu semelhante pelo simples prazer de fazê-lo (Schopenhauer). *Aquellos que no pueden recordar su pasado están condenados a repertirlo* (George Santayana). A comunicação e a informação, também compõem a educação (José Franklin de Sousa).

A escola tem uma classe dominante e uma classe dominada. A primeira tem o monopólio do saber. A segunda tem o monopólio da ignorância. (Rubem Alves).

A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. 'Conhecer é tarefa de sujeitos,

não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer’.

‘Os fenômenos humanos são biológicos em suas raízes, sociais em seus fins e mentais em seus meios’. Com essa frase Piaget quis dizer que somos humanos biológicos por natureza, pensamos e agimos para, enfim, interagir socialmente com o nosso meio.

Ou seja, criamos esquemas mentais que resultam em atitudes físicas que nos tornam capazes de viver, aprender, assimilar e alterar tudo o que nos rodeia. ‘Inteligência, a mais maleável e, ao mesmo tempo, mais duradoura equilibrante estrutural de comportamento, é essencialmente um sistema de operações vivas e atuantes’.

O professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas. O papel do professor para Jean Piaget é criar situações compatíveis com o nível de desenvolvimento de cada aluno, de acordo com a sua idade e fase. Interagir e agir é a chave para aprender.

> O indivíduo só age se sentir necessidade, isto é, se o equilíbrio entre o ambiente e o organismo estiver momentaneamente perturbado. A ação tende a restabelecer o equilíbrio, ou seja, readaptar o organismo. Desequilibrando as mentes das crianças, criando pequenos problemas, elas buscarão o reequilíbrio e, por consequência, saberão agir com novas situações.

O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram. É dessa forma que o aluno/criança tem um papel ativo na elaboração das suas ideias, ações, gestos.

Assim diz Piaget: ‘O ser humano é ativo na construção de seu conhecimento e não uma massa 'disforme' a ser moldada pelo professor’. ‘O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola’.

A limitação intelectual, muitas vezes, exige o esforço daquele insanável desejo de realização. Todos podemos chegar ao destino almejado, basta o primeiro passo. Mas o caminho que escolhemos pode não ser o mais apropriado naquele momento. A decisão cabe a cada um, e desta depende todo o caminhar na vida.

O professor não ensina, mas mostra a forma com que as crianças podem desenvolver seus potenciais. Nunca copiar tudo que as pessoas dizem. Refletir em tudo que se mostra na realidade e, com isso tirar a sua própria conclusão.

Os filósofos antigos não queriam ser chamados de sábios! A vida é uma ilusão cheia de complexos onde ninguém tem reflexos, só perplexos!

A liberdade é medida pelo cabedal de conhecimento, algo que não se adquire apenas em época de eleição. Acompanho política no mundo durante muitos anos e não consigo afirmar que tenho conhecimento suficiente a respeito do tema. No entanto, percebo muitas pessoas opinando de forma até mesmo arrogante, em conclusões afoitas. Vamos pensar, perscrutar, interrogar a nós mesmos. Depois de tudo isso, podemos chegar a uma conclusão abalizada e bem fundamentada, baseada em dados reais e consistentes.

O primitivo já se esforçava para agir em comunidade, embora não organizada como vemos hoje, mas sempre lutou pela convivência social. O conceito de família tem mudando muito, especialmente neste século XXI, cujas informações chegam ao ser humano com uma velocidade astronômica e em grande quantidade. Isso leva o ser humano a deixar de analisar os acontecimentos com a profundidade que merece.

A superficialidade das informações revela uma indelével absorção do conhecimento inadequado da realidade que nos cerca. O ser humano já chegou a vários planetas do sistema solar, mas ainda vemos bilhões de pessoas carentes de bens básicos. A fome impera em muitos povos no planeta terra. Seria melhor acabar com a fome das pessoas, e depois explorar outros planetas.

A visão humana sobre os objetos é sempre parcial. Se alguém conseguir ver a totalidade de um determinado objeto, certamente de humano não se trata. Quando vemos um objeto pela sua frente, não conseguimos vê-lo na sua parte anterior. Olhamos para uma bola e não vemos toda a sua esfera. Apenas idealizamos o que existe no lado que não conseguimos ver. Até mesmo um mesmo objeto visto por alguns, leva a um entendimento parcial e diferente de cada um deles. Como é fácil apresentar conclusões açodadamente! Isso é o mais comum. Nessa medida, precisamos questionar tudo que se nos apresenta.

À medida que se consegue responder aos questionamentos vamos entendendo a realidade. Ainda assim, com certa imparcialidade, porque a visão de mundo e sobre determinado objeto, incide sobre as pessoas individualmente e singularmente. Os estoicos não admitiam, então, sentimentos como a paixão e outras emoções. Segundo esse movimento, o ser humano, a verdadeira felicidade dependia apenas de suas virtudes, como pregava Sócrates, pois o vício era considerado um mal absoluto. A paixão era considerada má e as emoções seriam sempre um vício da alma.

Assim, cada ser humano deve vier de acordo com a natureza, com plena autonomia. O homem deve optar por reagir sempre com calma e tranquilidade e

com parcimônia, reprimindo os fatores externos comprometam sua capacidade de julgamento e ação. Nesse sentido, sou no mínimo do ano de 262 a. C. Sou bem antigo como a Grécia!

Immanuel Kant, no início do século XIX, afirmou que as coisas têm preço, e as pessoas dignidade, fazendo, assim, novas as noções de dignidade e de indignidade. Nem imaginava o quanto isso modificaria o pensamento contemporâneo e faria nascer o que se chama hoje ’direitos humanos’. Portanto, a locução ‘dignidade da pessoa humana’ é uma criação kantiana, embora tenha ele usado originalmente ‘dignidade da natureza humana’, tornando-se a palavra de ordem de todos os ordenamentos jurídicos contemporâneos.

A dignidade da pessoa humana além de ser um macho princípio constitucional, é o vértice do Estado Democrático de Direito. É a compreensão da dignidade da pessoa humana que se começou a considerar e a valorizar a humanidade de cada sujeito em suas relações pessoais, sociais e consigo mesmo. O sujeito de direitos, como sujeito de desejos que também é, passou a ser reconhecido como um sujeito desejante, isto é, o direito a ser humano com todas as suas mazelas e idiossincrasias. [1]

A vida sem história é uma aldeia sem índios. Todo ser humano tem sua história, sua vivência, sua convivência, mas precisa escrevê-la. A luz brilha no espaço que lhe concedido pela natureza.

O seu reflexo faz brilhar em outros lugares. O brilho de cada pessoa está naturalmente em cada olhar. A melhor forma de viver é se deixar levar pelos sentimentos sinceros e desinteressados.

A pessoa individualmente não existe, apenas subsiste. É da natureza do ser humano o convívio em sociedade. A primeira célula social é entre dois seres humanos, no mínimo!

Tudo existia antes, embora escamoteado. Hoje já se manifestam as relações, tornando-as públicas. O importante é viver o verdadeiro amor. O ser humano vive sempre em desenvolvimento, sendo sempre um construtor do edifício interior.

A filosofia é emocionante e, também perturbador, porque abre novas perspectivas sobre o mundo e nós mesmos e fornece instrumentos importantes para pensar mais claramente em um vasto domínio de contextos. (Nigel Warburton).

_____

[1] SOUSA, 2018, p. 93-94.

Todo dia começa como um aprendizado para o dia seguinte. Aprender a aprender é a questão. Não tarefa das mais fáceis compreender a realidade que nos cerca, especialmente o que ocorre com mais obviedade. As coisas simples são muito importantes para um aprendizado consentâneo com a vivência em sociedade. Não conseguimos visualizar as agruras da vida e as flores que ornamentam o nosso ser interior.

Uma introspecção se faz necessária para tentar entender o que se vê. Algo difícil, porque a mesma coisa pode ser vista de forma diversa por cada um observador. Se alguém olha para uma cadeira tem uma visão pelo lado que está vendo este objeto. Não podemos ver um objeto na sua totalidade. É sempre uma visão parcial. Por isso devemos ter cuidado com os conceitos e as conclusões açodadas. Somente chegamos a ver uma realidade como ela é, se tomarmos todos os conhecimentos de sua totalidade.

Nesse sentido, as informações sobre determinado fato ou objeto deve ser muito bem analisadas e verificadas, especialmente em relação à fonte dessa comunicação. A ideia de que pode haver mais sobre a realidade do que a realidade nos mostra é cada vez mais explorada, tanto na filosofia quanto na física.

O físico Markus Muller, da Academia Austríaca de Ciências publicou um artigo no qual afirma que a realidade pode ser algo ‘emergente’, ou seja, derivado da percepção pessoal, propondo com grande rigor matemático, a construção de um algoritmo que poderia ser utilizado para tentar calcular a ‘realidade objetiva’. A verdade é que cada um constrói sua própria realidade, inclusive, ao tentar determinar o que é, ou não, real.

A filosofia é um meio para se tirar da escuridão do comodismo e direcionarmos ‘em direção à luz da sabedoria das soluções’. Ela nos faz entender o que é tido como inútil e perceber com clareza o que é útil. Serve também ‘para entendermos com clareza os conceitos usados no dia a dia, na ciência, nas artes, na religião etc.’. Como dizia um grande filósofo da antiguidade, ‘a missão essencial da filosofia é tornar viável a busca da felicidade’.

Já se disse que ‘a filosofia é o principal estímulo para a busca da verdade e a compreensão de como o ser humano enxerga tudo a sua volta. Muitas ideias e filósofos renomados seguem como referência ao conhecimento filosófico mais puro, por meio de suas obras que auxiliam na compreensão do mundo pelo que entendemos dele nos dias de hoje’. A Filosofia leva as pessoas à oportunidade de desenvolver um pensamento independente e crítico, ou seja, permite às pessoas experimentarem um pensar individual.

É difícil ler o que está escrito e impossível ver o pensamento. Não adiante estar no meio de milhares de pessoas, se aquela pessoa que você quer está distante. Almir Sater falou que pegou ‘a viola botou na sacola e foi viajar. Como só tenho a sacola’. Aguarde a viola.

A comunicação consiste em uma ciência que cuida das interações entre as pessoas e os animais por meio do compartilhamento de informações. A palavra é uma derivação do latim *communicare*, cujo significado é participar de algo, partilhar, tornar comum. É por meio da comunicação que é possível haver a compreensão dos humanos entre si e os demais seres, sendo o ato de comunicar essencial para que exista vida em sociedade.

Por intermédio da comunicação, os seres humanos e os animais partilham diferentes informações entre si, tornando o ato de comunicar uma atividade essencial para a vida em sociedade. Desde o princípio dos tempos, a comunicação foi de importância vital, sendo uma ferramenta de integração, instrução, de troca mútua e desenvolvimento. O processo de comunicação consiste na transmissão de informação entre um emissor e um receptor que descodifica (interpreta) uma determinada mensagem. A comunicação é uma ferramenta responsável por transmitir conhecimento e desencadear desenvolvimento. De certa forma, a comunicação é um artifício que permite ao homem evitar que os mesmos erros sejam cometidos repetidas vezes, que lhe dá a chance de reconstruir a história, registrar o presente e projetar um futuro melhor a partir das interações feitas no passado e no agora. A comunicação é capaz de humanizar o homem, de torná-lo ‘mais comunicativo’ e, consequentemente, mais receptivo e compreensivo.

Ainda na Antiguidade, o homem das cavernas encontrou meios de deixar mensagens através das hoje conhecidas pinturas rupestres. Na pré-história, essas figuras retratavam o cotidiano e guardaram informações importantes que ajudaram os contemporâneos a compreender um pouco do que caracterizava aquela sociedade. Ao longo da história, a transmissão de informações já foi vista como forma de sobrevivência, como legado ou liberdade de expressão. [2]

O uso das redes sociais é uma conquista de liberdade e comunicação entre as pessoas. Todos estão mais próximos e obtendo informação em tempo real. Mas, tudo tem o lado oposto. A responsabilidade é um deles. Vemos muitas pessoas utilizando a internet para colocar opiniões, muitas delas sem qualquer fundamento lógico e sem as informações que deveriam preceder às conclusões. Precisamos ter mais informações contextualizadas e sem fragmentação, para só depois lançarmos as opiniões (conclusões).

[2] RÊGO, 1997, *online*.

A conclusão açodada certamente vem eivada de vício da realidade, que não condiz com a real prospecção dos acontecimentos. Evidentemente, não existe qualquer texto ou notícia sem uma dose de subjetivismo e ideologia, por isso, a história vem depois dos acontecimentos, com mais equilíbrio e sensatez, porque longe dos acontecimentos e das paixões. É difícil analisar o que acontece contemporaneamente, transbordam as convicções pessoais, e até interesses, por que não? Apenas precisamos perceber que falamos sempre para os outros e não para nós mesmos. Isso já demonstra que vivemos em função dos demais membros da sociedade. O ser humano é um ser social por natureza, como disse Aristóteles em 'A Política'.

E, sendo assim, a convivência em harmonia é imprescindível para o desenvolvimento do ser humano, como ser pensante e com livre arbítrio. A civilidade acima de tudo, para não voltarmos aos tempos remotos nos quais a força física prevalecia. Devemos pensar e pregar que no mundo civilizado as pessoas não brigam, somente brigam as ideias. O pensamento pode implicar uma série de operações racionais, como a análise, a síntese, a comparação, a generalização e a abstração. O pensamento não só é refletido na linguagem, como também o determina. A linguagem trata de transmitir os conceitos, os juízos e os raciocínios do pensamento.

A linguagem é o sistema por meio do qual o ser humano comunica suas ideias e sentimentos, seja pela fala, pela escrita ou por outros signos convencionais. Linguística é o nome da ciência que se dedica ao estudo da linguagem. Daí por que a importância do pensamento e da linguagem até mesmo no cotidiano. Na linguagem do cotidiano, o homem faz uso da linguagem verbal e não verbal para se comunicar. A linguagem verbal integra a fala e a escrita (diálogo, informações no rádio, televisão ou imprensa etc.). Todos os outros recursos de comunicação como imagens, desenhos, símbolos, músicas, gestos, tom de voz etc., fazem parte da linguagem não verbal.

Apesar disso, muitos ainda continuam sendo arrogantes, como se soubessem alguma coisa. Por isso, a limitação do ser humano em todos os sentidos salta aos olhos. A ignorância significa a falta de conhecimento a respeito de um objeto. Dessa forma, somos totalmente ignorantes perante o universo, tanto pela sua imensidão, quanto pelo não conhecimento.

O sonho apresenta significados diversos, dependendo da matéria envolvida. O cientista entende que o sonho é uma experiência de imaginação do inconsciente durante nosso período de sono. Já Freud dizia que os sonhos noturnos são gerados, na busca pela realização de um desejo reprimido. Sonho, portanto, não é realidade, mas a representação de algo que ocorre no imaginário das pessoas.

As decisões tomadas por impulso muitas vezes têm uma consequência trágica e deformadora da realidade. Para que não haja arrependimento devemos procurar agir com racionalidade, mesmo envolvendo questões imateriais e de fundo íntimo. Essas decisões podem ser definitivas para a vida e podem resultar na forma como viveremos a vida inteira. É um caminho sem retorno e de mão única.

A experiência mostra o quanto devemos cuidar de nossas decisões, com equilíbrio. No universo tudo é harmônico, mas o ser humano, muitas vezes, cria o desequilíbrio nas suas relações. Mesmo aqueles que acreditam no destino devem reconhecer que o caminho para atingir o fim determinista pode ser escolhido. Ao escolhemos o caminho mais harmônico sem espinho, a jornada será suave, mas se elegemos o caminho tortuoso, certamente, encontraremos muitos obstáculos na caminhada da vida.

O princípio da dignidade da pessoa humana foi reconhecido pela primeira vez em 1.947, na Constituição Italiana, ao dispor em seu art. 3° que 'Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei'. Entretanto, foi a Constituição Alemã em 1.949, que cunhou o princípio da intangibilidade da dignidade da pessoa humana em seu art. 1°: 'A dignidade do homem é intangível. Os Poderes Públicos são obrigados a respeitá-la'.

Igualmene, as Cartas Constitucionais de Portugal e Esoanha adotam esse princípio diretor. A Constituição da República Federaiva do Brasil em 1.988 preocupou-se em cuidar do tema tão logo em seu art. 1°, III, estabelecendo que a vigene Constituição Brasileira resguardará em seu corpo normativo o direito fundamental da dignidade da pessoa humana.

> **CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**
> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> III - a dignidade da pessoa humana;

Nos escritos de Immanual Kant ficou exporto que 'no reimo dos fins todos têm um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, e, portanto, nao permite equivalente, então ela tem dignidade. Esta apreciação dá, pois, a conhecer como dignidade um valor de uma tal disposição de espírito e põe-na infinitamente acima de todo preço. Nunca ela poderia ser posta em cálculo ou confronto com qualquer coisa que tivesse um preço, sem de qualquer modo ferir sua santidade'.

Assim, as coisas têm preço e o ser humano tem dignidade. Foi a partir do pensamento kantiano a respeito da dignidade da pessoa humana, que se marcou de forma decisiva o pensamento filosófico de todos os tempos, passando a

influenciar os contornos do mundo jurídico. O texto normativo da Declaração Univesal da ONU de 1.948, em seu art. 1°, vem ressaltar a importante contribuição acerca da dignidade da pessoa humana, tornando-a universal e unificando as premissas descritas por Kant: ‘Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade’.

A coisificação do ser humano é a desmistificação da vaidade, aspecto intolerante na convivência em sociedade. Atribuir um preço às pessoas e assim se considerar outras, significa a destruição da dignidade do ser pensante. Precisamos de mais dignidade e menos preço. Cultura em um significado mais antigo significa a formação do ser humano, sua melhoria e refinamento. Num segundo sentido, cultura tem conotação do produto dessa formação, indicando o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos, que se tem normalmente denominado de civilização.

No século XVIII, em razão da filosofia iluminista, ocorreu a passagem do primeiro sentido para o segundo. Assim, Immanuel Kant afirma que ‘num ser racional, cultura é a capacidade de escolher seus fins em geral (e, portanto, de ser livre). Por isso, só a cultura pode ser o fim último que a natureza tem condições de apresentar ao gênero humano’. Como dizia Hegel, ‘um povo faz progressos, tem seu desenvolvimento e seu crepúsculo.

O que se encontra aqui, sobretudo, é a categoria da cultura de sua exageração e de sua degeneração: para um povo, esta última é produto ou fonte de ruína’. Em relação à formação da pessoa humana individual, a palavra cultura corresponde até nossos dias, ao que os gregos chamavam *paideia* e que os latinos, na época de Cícero indicavam com a palavra *humanitas*: educação do ser humano, que o distingue de todos os outros animais. Educação, em geral, é designada como a ‘transmissão e o aprendizado das técnicas culturais, que são as técnicas de uso, produção e comportamento mediante as quais um grupo de seres humanos é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico’. Na sociedade primitiva educação era voltada para a garantia da imutabilidade das técnicas de que dispõe, tendendo a atribuir caráter sagrado a tais técnicas, o que levava a proibir como sacrilégio qualquer inovação ou correção.

A partir da segunda metade do século XX, a educação ‘passou a ser vista como um processo de humanização, que não diz respeito apenas ao crescimento em termos de desenvolvimento nem atinge apenas a pessoa, considerada individualmente, mas dura toda a vida’. A educação, assim, pode ser considerada essencialmente como um processo de remoção dos obstáculos

que impedem o desenvolvimento, bem como de promoção das potencialidades próprias de cada pessoa.

Segundo Viviane Mosé, (*in vídeo*), a realidade das escolas nos dias atuais mostra o quanto é necessário fazer uma reflexão crítica sobre como a escola ensina. A escola está fragmentada, segmentada, passiva, isolada da sociedade, conteudista, constituída por relações hierárquicas, na qual somente os alunos precisam respeitar os professores e não ao contrário. Em razão desse quadro degradante, 'a escola tem o dever de formar pessoas para enfrentar problemas do qual ocorre no seu dia a dia, os professores não estão preparando o ser humano, pois nesse modelo atual, somos seres passivos, que só recebem a informação, mas que não tem atitude, por isso, é preciso reaprender a ver, a ouvir e a pensar'.

A educação deve ser compreendida como reflexão sobre a realidade existencial, articulando com essa realidade nas causas mais profundas dos acontecimentos vividos, para inserir sempre os fatos particulares na globalidade das ocorrências da situação.

A escola, especialmente, no Brasil, ainda prima por um modelo arcaico de educação. Nesse século XXI, a educação deve ter em mente a informação como um direito fundamental, cujo resultado é o acúmulo de conhecimento, para com isso, formar-se cidadãos conscientes do seu papel na sociedade. O conhecimento foi definido por Daniel Bell [3] como sendo 'um conjunto de exposições ordenadas de fatos e ideias, que apresentam um juízo ordenado ou um resultado experimental, que se transmite a outros por meio de algum meio de comunicação sob uma forma sistemática'.

O conhecimento é sinônimo de conhecimento científico. E para corroborar tal entendimento o próprio Bell afirma que 'o conhecimento para fins de política social 'é o se conhece objetivamente, uma propriedade intelectual, ligado a um nome ou grupo de nomes e certificados por um direito do autor ou por alguma outra forma de reconhecimento social (por exemplo, a publicação). [4] Por sua vez, Johnson [5] afirma que 'conhecimento é aquilo que consideramos como real e verdadeiro.

Pode ser tão simples e banal como dar o laço nos sapatos ou tão abstrato e complexo como a física de partículas'. As fronteiras entre a ciência e as outras formas de conhecimento não são tão nítidas, porque, por vezes, são maneiras heterogêneas que apresentam continuidades e interferências.

As pessoas não costumam guiar sua vida pela ciência, mas por outras formas de conhecimento, e essa bagagem não pode ser depreciada quando queremos entender a educação e seus agentes. [6]

Lefebvre [7] afirma que o conhecimento é um fato, é prático, é social e tem um caráter histórico e que ‘cada época deve esforçar-se por organizar, sistematizar numa ‘síntese’, o conjunto de conhecimento sobre a natureza. Mas nenhuma dessas sínteses pode se pretender definitiva’. Como enuncia Antônio Marina, [8] ‘conhecer é compreender, quer dizer, apreender o novo com o já conhecido’.

E, ‘Não é possível uma observação sem teoria, porque a quantidade de informações é demasiado grande, demasiado confusa, demasiado incompleta’. Gardner [9] afirma que ‘numa visão tradicional, a inteligência é definida operacionalmente como a capacidade de responder a itens em testes de inteligência’.

‘Uma inteligência implica a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural’. A inteligência é a capacidade de resolver equações diferenciais, mas acima de tudo é a aptidão para organizar comportamentos, descobrir valores, inventar projetos e mantê-los, ser capaz de libertar-se do determinismo da situação, solucionar problemas, analisá-los. [10]

Por isso Machado [11] afirma que a inteligência está associada às pessoas, remetendo à ideia de projetos: ‘Em uma palavra, a inteligência encontra-se diretamente associada à capacidade de ter projetos; a partir deles, dados, informações, conhecimentos são mobilizados ou produzidos’.

Os conhecimentos, com efeito, são fundamentalmente diferentes dos saberes e da inteligência. Eles se referem aos conteúdos formalizados, objetivados, que, por definição, não podem pertencer às pessoas. Conhecer as regras gramaticais é uma coisa; saber falar uma língua é outra, fundamentalmente diferente. Para saber falar, é preciso abandonar completamente a relação cognitiva com a língua. O saber é feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos; e a inteligência cobre todo o leque das capacidades que vão do julgamento e do discernimento à abertura de espírito, à aptidão de assimilar novos conhecimentos e de combiná-los com os saberes. [12]

_____
[3] BELL, 2006, p. 206.
[4] BELL, 2006, p. 207.
[5] JOHNSON, 1997, p. 48.
[6] LEFEBVRE, 1999, p. 59.
[7] LWFWBVRE, 1991, p. 67.
[8] MARINA, 1995, p. 40.
[9] GARDNER, 1995, p. 21.
[10] MARINA, 1995, p. 14.
[11] MACHADO, 2000, p. 68.
[12] GORZ, 2005, p. 16.

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento de informação e de comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimentos e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. [13]

> *La sociedad industrial se caracteriza por la coordinación de máquinas y hombres para la producción de bienes. La sociedad post-industrial se organiza en torno al conocimiento para lograr el control social y la dirección de la innovación y el cambio, y esto a su vez da lugar a nuevas relaciones sociales y nuevas estructuras que tienen que ser dirigidas politicamente.* [14]

Uma economia do conhecimento não funciona a partir da força das máquinas, mas a partir da força do cérebro, do poder de pensar, aprender e inovar. As economias industriais precisam de trabalhadores para as máquinas; a economia do conhecimento precisa de trabalhadores para o conhecimento. [15]

O primeiro filósofo a definir o cinismo foi Antístenes, ex-aluno de Sócrates no final do século V a. C. Ele foi seguido por Diógenes de Sinope que levou o cinismo aos seus extremos lógicos e passou a ser visto como o arquétipo de filósofo cínico, sua *autarkeia* (autossuficiência) e a *apatheia*. O cinismo é a forma de filosofia que não cessa de colocar a questão: qual pode ser a forma de vida que seja tal que pratique o dizer-a-verdade? (Foucault).

A partir do instante em que a filosofia não é capaz de viver o que ela diz senão de modo hipócrita, é preciso insolência para dizer o que se vive. Numa cultura em que os idealismos empedernidos fazem da mentira a forma de vida, o processo da verdade depende da existência de pessoas suficientemente agressivas e livres (‘descaradas’) para dizer a verdade (Peter Sloterdijk). O filósofo alemão Peter Sloterdijk destrincha e recompõe o legado da filosofia ocidental de cunho racionalista e progressista, rompendo com criatividade os moldes clássicos de argumentação de Adorno e Horkheimer, de Sartre e de Foucault. Frequentemente provocador e sempre perspicaz, Sloterdijk desconstrói as raízes do Esclarecimento, que, ao solapar os idealismos vigentes, plantou os alicerces do niilismo moderno e um cinismo generalizado. Na esteira, o autor contrapõe o bem-humorado kynismos grego, por vezes mal-educado, ao cinismo moderno, superado em qualidade pela sabedoria irreverente dos antigos.

_____

[13] CASTELLS, 1999, p. 35.
[14] BELL, 2006, p. 34.

A parresía (coragem de dizer a verdade) é consequência de um modo de vida, de uma ascese (exercício) que permitia a capacidade de viver conforme seus preceitos. Uma existência determinada é a condição para a fala reta: desavergonhada, na pobreza, em militância, conforme a natureza. Uma maneira de se conduzir, uma maneira de se portar, de viver.

O Cinismo é muito mais uma prática que uma filosofia (por isso, talvez, ela é tão superior a várias filosofias). O Cínico, através de seu modo de vida, faz de sua própria existência o suporte para a verdade, colar filosofia na existência, tornando-as uma só. Isto lhe permite expressá-la francamente aos outros. Não é a coragem política da verdade, Diógenes desacreditava em todo e qualquer estado, desdenhava de todos os políticos, inclusive de Alexandre, o Grande, mais poderoso chefe militar da época.

Diógenes também não estava se referindo a uma forma de ironia socrática, sua verdade se manifestava na forma de rejeição, desprezo, tumultos, atuações performáticas. O Cinismo, particularmente com Diógenes, se expressa como o mais absoluto comprometimento de viver conforme o que se diz. Nisto retorna a verdade como prova da mais absoluta verdade no viver. Foucault estava certo: a capacidade de parresía define um bom filósofo.

Nenhum país se desenvolve sem educação. Não é só investimento, mas gestão do dinheiro estatal. Valorização do professor, com estrutura, vencimentos. A forma de aprendizado nas escolas não cria cidadãos, mas robôs. Uma aula como se fosse uma receita de bolo, que vem pronta, jamais formará pessoas pensantes. O corpo discente deve ter ator de seu próprio aprendizado.

Mas o aluno aparece como mero coadjuvante. Os alunos recebem conteúdo (que é necessário), sem qualquer vinculação do conhecimento da realidade. Todo aprendizado e sua experiência estão relacionados ao meio social, e sem conhecer a realidade, como aplicar o pretenso conhecimento? Os livros oficiais descrevem que, por exemplo, Dom Pedro Proclamou a Independência do Brasil. Mas não explicam, como e em que circunstância isso ocorreu. Por que foi proclamada a independência? E naquele momento? O que se passava na Metrópole? Também o professor deve conhecer a realidade de cada aluno, porque cada um tem a sua individualidade, os seus anseios, e tem origem e vida complemente diferente.

A informação correta e contextualizada se faz necessária para se chegar ao conhecimento, base de todo o processo de educação. Quero saber o que realmente acontece, mas com tanta informação fragmentada e descontextualizada, fico sem entender a realidade.

_____

[15] HARGREAVES, 2004, p. 34.

A política ainda aparece como figura necessária na sociedade atual. A política como doutrina do direito e da moral foi conceituada por Aristóteles como a investigação em torno do que deve ser o bem e o bem supremo, pertencendo à ciência mais importante e mais arquitetônica. ‘Essa ciência parece ser a política. Com efeito, ela determina quais são as ciências necessárias nas cidades, quais as que cada cidadão deve aprende e até que ponto’ (Aristóteles, Ética a Nicômaco).

Thomas Hobbes dizia que ‘a política e a ética, ou seja, a ciência do justo e do injusto, do equânime e do iníquo, podem ser demonstradas a *priori*, visto que nós mesmos fizemos os princípios pelos quais se pode julgar o que é justo e equânime, ou seus contrários, vale dizer, as causas da justiça, que são as leis ou as convenções’. Em ‘A Política’, Aristóteles, no sentido de teoria do Estado, afirmou que ‘está claro que existe uma ciência à qual cabe indagar qual deve ser a melhor constituição’. A política aparece em Aristóteles ainda como a arte ou a ciência do governo e o estudo dos comportamentos intersubjetivos.

Na Grécia Antiga foi criada a democracia, transformando-se em fator essencial para a organização política das cidades-estados grega, sendo o primeiro governo democrático da história. O Vocábulo ‘democracia’ é formado pelo radical grego *demo* (povo) e de *kratia* (poder), que significa ‘poder do povo’. Antes da implementação da democracia em Atenas, a cidade-estado era controlada por uma elite aristocrática oligárquica denominada de ‘eupátridas’ ou ‘bem nascidos’, os quais detinham o poder político e econômico na *polis* grega.

Com o advento de outras classes sociais (comerciantes, pequenos proprietários de terra, artesãos, camponeses etc.), as quais pretendiam participar da vida política, a aristocracia resolve rever a organização política das cidades-estados, o que mais tarde resultou na implementação da ‘democracia’. Por volta de 510 a. C. a democracia surge em Atenas por intermédio da vitória do político aristocrata grego Clístenes, considerado o ‘Pai da Democracia’, que liderou uma revolta popular contra o último tirano grego, Hípias, que governou entre 527 a. C. e 510 a. C..

Em consequência desse evento, Atenas foi dividida em dez unidades denominadas chamadas ‘demos’, que era o elemento principal dessa reforma e, por esse motivo, o novo regime passou a se chamar ‘*demokratia*’. Atenas possuía uma democracia direta, onde todos os cidadãos atenienses participavam diretamente das questões políticas da polis. Mas, os cidadãos eram poucos. A democracia ateniense não era para todos os cidadãos sendo, portanto, limitada, excludente e elitista. Estima-se que somente 10% da população desfrutavam dos direitos democráticos.

Filosofia na concepção do saber é chamada de crítica, consistindo em doutrina do conhecimento ou a metodologia. Assim, a filosofia não aumenta a quantidade do saber, por isso, não pode ser chamada propriamente de conhecimento. A tarefa da filosofia é verificar a verdade do saber, determinando seus limites e condições, suas possibilidades efetivas. John Locke é necessário 'examinar a capacidade da mente humana e ver que objetos estão ao seu alcance e quais os que estão acima de sua compreensão'. A filosofia tende a descobrir quais são as possibilidades da inteligência, qual a magnitude dessas possibilidades, a que tipo de coisas elas se ajustam e onde nos falta seu socorro. Conforme dizia Kant, a limitação do conhecimento é considerada fundamento da validade do próprio conhecimento.

A filosofia, para Aristóteles, é essencialmente teorética: deve decifrar o enigma do universo, em face do qual a atitude inicial do espírito é o assombro do mistério. O seu problema fundamental é o problema do ser, não o problema da vida. O objeto próprio da filosofia, em que está a solução do seu problema, são as essências imutáveis e a razão última das coisas, isto é, o universal e o necessário, as formas e suas relações. Entretanto, as formas são imanentes na experiência, nos indivíduos, de que constituem a essência.

A filosofia aristotélica é, portanto, conceptual como a de Platão, mas parte da experiência; é dedutiva, mas o ponto de partida da dedução é tirado, mediante o intelecto da experiência. No sentido estrito, a filosofia aristotélica é dedução do particular pelo universal, explicação do condicionado mediante a condição, porquanto o primeiro elemento depende do segundo. O erro começa de uma falsa elaboração dos dados dos sentidos: a sensação, como o conceito, é sempre verdadeira. Por certo, metafisicamente, ontologicamente, o universal, o necessário, o inteligível, é anterior ao particular, ao contingente, ao sensível: mas, gnosiologicamente, psicologicamente existe primeiro o particular, o contingente, o sensível, que constituem precisamente o objeto próprio do nosso conhecimento sensível, que é o nosso primeiro conhecimento.

A filosofia como atividade transformadora veio ao mundo com Platão, pois foi ele quem primeiro a tratou com a finalidade de transformar o mundo humano. Platão buscava modificar a forma da vida social e baseá-la na justiça. Assim, a educação do filósofo não culmina na visão do bem, mas no 'retorno à caverna', porque o filósofo deve colocar à disposição da comunidade os resultados de sua especulação e utilizá-los para a direção e orientação dela.

Por isso, Platão dizia que 'cada um de vós deve descer para a habitação comum e acostumar-se a contemplar os objetos nas trevas: porque, acostumando-se a elas, verá bem melhor que aqueles que sempre estiveram lá e reconhecerá os caracteres e o objeto de cada imagem, porque viu os verdadeiros exemplares da beleza, da justiça e do bem. Assim, nós e vós

constituiremos e governaremos a cidade despertos, e não sonhando, como acontece agora na maior parte das cidades por culpa daqueles que guerreiam por causa de sombras e disputam o poder como se fosse um bem'.

As câimbras mentais se chocam com os limites da inteligência, até atingir a indigestão intelectual. O que é o amor senão o sentimento em forma de pureza! Despertar o pensamento é o que falta. Por que tanta arrogância, se nada sabemos? Muitas vezes as pessoas se sentem sábias, ainda quando são analfabetas funcionais. Quando se procura entender um assunto sempre se começa ignorante. Os grandes filósofos da antiguidade não queriam ser chamados de sábios, daí o nome filosofia (amigo da sabedoria). O ser humano deve conhecer os limites de sua própria ignorância, para poder se chamado de sábio. Por isso, 'os ignorantes, que acham que sabem tudo, privam-se de um dos maiores prazeres da vida: aprender'. Ou, quem sabe, mudar o nome filosofia para amigo da ignorância. 'Quem conhece a sua ignorância revela a mais profunda sapiência. Quem ignora a sua ignorância vive na mais profunda ilusão'. (Lao Tsé). O conhecimento torna mais visível a ignorância.

As emoções dependem de certo instintos fundamentais que estão na base de toda a atividade psíquica. No universo tudo é harmonia. Se alguém perceber alguma desarmonia, certamente será obra do ser humano. A natureza é perfeita. Está em ordem. A desordem, o caos, são criações do ser humano. No século VI a. C., aparece a palavra *dikaiosyne* significando princípio universal de ordem e harmonia entre o fato e a norma, eu seja, a substituição do fato a determinada norma, atingindo o auge do sistema platônico.

O conceito de justiça passou a ser sistematizado a partir de Aristóteles, utilizando-se este de elementos já existentes na filosofia pré-socrática e, designadamente pitagórica, dando ênfase à índole social, porque tinha por objetivo o estabelecimento de uma igualdade no que reciprocamente lhes é devido. A justiça e uma virtude moral que leva o ser humano a dar ou fazer a outrem o que lhe é devido. São Tomás de Aquino reduz as partes integrantes da justiça em dupla atitude: fazer o bem e evitar o mal, não de uma forma geral, mas sob o aspecto peculiar daquilo que lhe é devido a outrem.

O problema da vida é em todos os seres humanos, ou não, um problema de ordem. A vida física é uma questão de ordem. A vida intelectual é da mesma forma. A vida moral também. O vício é uma desordem, como a doença e o erro. O ser humano deve tomar o seu lugar na ordem universal e desempenhar o papel que lhe cabe na história do mundo. [18]

[16] SOUSA, 2006, p. 9-10.

O holismo é a tendência dos historicistas em sustentar que o organismo social, assim como o biológico, é algo mais que a simples soma dos seus membros e também algo mais que a simples soma das relações existentes entre os membros (K. Popper). O holismo na acepção epistemológica (estudo do grau de certeza do conhecimento cientifico em seus diversos ramos, especialmente para apreciar seu valor para o espírito humano), é usado nas teorias que recorrem ao conceito de sistema. Nesse sentido, o todo não corresponde à mera soma das partes, mas estas extraem um significado novo e diferente da participação no conjunto (N. Abbagnano).

O ser humano é dotado de poderes ilimitados, dada a presença de todos os mistérios do universo e de sua própria vida. O ser humano deve deixar a sua consciência objetiva, aquela que utiliza no dia-a-dia, já que limitada. Deve escutar o seu interior, o seu mestre interior, sua intuição, desenvolvendo tal capacidade cada vez mais.

Dessa forma, as relações entre os seres humanos estarão cada vez mais evoluídas; haverá uma interação maior entre a ordenação universal e a ordenação jurídica que regula a vida em sociedade, contribuindo sobremaneira para a paz social. [17]

Atualmente, a realidade vergonhosa é que 260 milhões estão fora da escola. Entre as que estão estudando, 400 milhões vão parar antes dos doze anos e mais de 800 milhões, o equivalente à metade dos meninos e meninas do mundo em desenvolvimento, vão concluir o ensino médio sem qualificações reconhecidas para a força de trabalho moderna. Um estudo recente do Banco Mundial mostra que o casamento infantil poderia se tornar coisa do passado se todas as meninas estivessem na escola. Infelizmente, cerca de 53% dos 430 milhões de garotas em idade escolar nos países de renda média a baixa não chegarão a completar o ensino médio, de acordo com o Instituto de Estatísticas da Unesco.

O analfabetismo feminino tem um efeito devastador na saúde de qualquer comunidade; a taxa de mortalidade infantil na África, por exemplo, é muito mais alta entre as mães sem estudo. Apesar do imenso desafio que temos pela frente, a ajuda internacional para a educação caiu na última década, de 13% para 10%. Um país jamais será desenvolvido se não valoriza os professores. Veja quando pagamos a cada deputado federal por mês. Aí os professores poderão fazer um grande movimento em prol dos seus vencimentos. Votamos nos deputados, mas não sabemos quanto pagamos por isso. Toda a sociedade pode participar do movimento. Os professores devem ser protagonistas da história do país. De fato e de direito. Até os que se dizem intelectuais passaram por um professor.

O professor brasileiro é cercado de um arsenal de burocracias, como: diários, planos de aula, fichas avaliativas, formulários, entre outros. Incluindo ainda a imensa quantidade de trabalho que o professor leva para casa, tais como: plano de aula, elaboração de atividades, provas, trabalhos, correções, testes, projetos etc. Esses não são os únicos agravantes, o professor tem que enfrentar o problema da indisciplina escolar difundida na maioria das escolas brasileiras, como excesso de conversa, bagunça, uso indevido de aparelhos eletrônicos que invadiram as escolas, isso, aliado ao baixo salário, praticado na maioria das vezes. A defasagem salarial não supre todo o trabalho realizado fora da escola, nos finais de semana e feriados. Frequentemente são divulgadas pesquisas de diferentes órgãos que emitem informações acerca da atuação do professor brasileiro, além disso, inúmeros informes, artigos, reportagens afirmam que a maioria dos professores não desempenha de forma eficiente o seu trabalho.

No entanto, essas pesquisas não verificam os fatores que afetam a qualidade do trabalho do professor. Esse profissional, em geral, vive cansado diante de tantas atividades que a função requer; o excesso de tarefas ligadas à função de professor causa um esgotamento físico e intelectual. Comportamento resultante do sistema de ensino extremamente burocrático adotado no país. O importante é verificar o que causou essa transformação.

A cada três anos, estudantes de vários países fazem o exame internacional Pisa (sigla inglesa para Programa Internacional de Avaliação de Alunos), cujo objetivo é avaliar sistemas educacionais no mundo por meio de uma série de testes em assuntos como leitura, matemática e ciências. Cerca de 510 mil estudantes de 65 países participaram da rodada mais recente de testes, realizada em 2012. Os resultados foram divulgados em dezembro de 2013.

O Brasil ocupa a posição 55 no ranking de leitura, 58 no de matemática e 59 no de ciências. Xangai (China) está no topo da lista nas três matérias, Cingapura e Hong Kong se revezam na segunda e terceira posições. O grau de investimento não é o problema da educação no Brasil. O problema é mais pedagógico. Aula não pode ser como uma receita de bolo, que já vem pronta e os alunos apenas assistem à exposição sem opinar. Os alunos devem participar ativamente, como atores de sua própria história e não como coadjuvantes.

A ineficiência de investimento em educação já tem como consequência a falta de dinheiro para construir presídios. Darcy Ribeiro já dizia que senão investir em educação vai faltar dinheiro para a construção de presídios.

[17] SOUSA, 2006, p. 10-11.

O mundo avançou pouco na igualdade de gêneros no último ano: menos mulheres do que homens têm entrado no mercado de trabalho; sua participação na política e em cargos privados sêniores ainda é inferior à masculina, e sua presença em setores emergentes de tecnologia, como o de Inteligência Artificial, ainda é irrisória.

Nesse novo ciclo de políticas e gestão que se inicia em 2019, é oportuno recordar o dever ético e o compromisso social que nossos novos governantes devem ter com a Educação. E não qualquer Educação, mas sim uma de qualidade, baseada em evidências, conhecimento acumulado pela ciência da Pedagogia e experiências exitosas. (Priscila Cruz).

O que se ensina na escola em ‘tempo integral’ e como é ministrado o aprendizado é o problema. Não basta o aspecto temporal, mas a forma como o professor transmite conhecimento. A continuar os mesmos métodos pedagógicos, a escola vai continuar a forma ‘robôs’ e não seres pensantes, que desenvolvem seus potenciais. Um grupo que reúne escolas construtivistas de elite em São Paulo, Rio e Minas divulgou carta ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, pedindo que ele ‘não permita que o País entre numa rota de retrocesso’. O texto diz que as declarações de Rodriguez até agora ‘deixam a desejar’ e enfatiza que, ‘com tanto lastro intelectual, é difícil acreditar que V. Exa. considere a Escola sem Partido 'providência fundamental’, como o novo ministro citou em texto em seu blog na internet.

Afinal, é um grupo de amadores, que carece de saberes básicos sobre educação, e que divulga fantasias sobre influência de partidos políticos sobre estudantes dentro de escolas de Ensino Fundamental e Médio. O ensino construtivista entende o conhecimento como algo que é construído pelo estudante, a partir de seus interesses e curiosidades, com a mediação do professor. As aulas são estruturadas por meio de projetos, que incluem vários saberes, e não apenas pela mera transmissão de conteúdo.

Uma das grandes preocupações do método é a de desenvolver o espírito crítico do aluno. Integrantes do governo de Jair Bolsonaro têm defendido que a educação foque em conteúdos clássicos, como matemática, química e geografia’. (Renata Cafardo). Existem muitas abordagens possíveis para propiciar o ato educativo. Na intenção de transmitir informações e transformá-las em conhecimento, um professor pode optar por diversas maneiras de comunicação com seus alunos. A pedagogia é a normatização das ações e dos instrumentos didáticos que devem ser utilizados para qualquer nível de educação.

A definição do conceito de pedagogia passa pelo entendimento de dois outros componentes do ato educativo. O primeiro é a ideia de educação, que é

uma situação temporal e espacial determinada em que ocorre a relação ensino-aprendizagem, seja ela formal ou informal. Em outras palavras, trata-se da transmissão de informações para que sejam armazenadas e transformadas em conhecimento.

O termo didática é a adequação entre os meios e os fins escolhidos para o ato educativo. Trata-se da razão instrumental que norteia esse processo, e tem uma importância enorme para a eficiência da transmissão de conhecimento. Com base nisso, a didática está intrinsecamente ligada à pedagogia, já que depende substancialmente das normas e métodos para aplicar esse saber especial.

Na Grécia antiga, o pedagogo era o escravo responsável por levar às crianças que tinham acesso ao estudo às regras de conduta moral e intelectual. Ele era o guardião das normas da educação, mas não tinha nenhuma relação com a instrução propriamente dita. Para isso, havia lugares destinados ao ensino de idiomas, gramática, cálculo e educação corporal. Assim como funcionava na Grécia antiga, a pedagogia assumiu como acepção a parte normativa do conjunto de saberes que precisamos adquirir e manter se quisermos desenvolver uma boa educação. Trata-se do conjunto de regras estabelecidas para galgar o caminho para um objetivo educacional.

A didática busca meios para que a educação aconteça, e esses meios são direcionados pela pedagogia. Além disso, o estabelecimento de normas para nortear o ato educativo é fundamentado pela filosofia da educação, que tem como produtora a razão que determina os valores do conhecimento a ser passado. É essa filosofia que legitima os conceitos da pedagogia em busca do aprendizado.

Como a filosofia da educação permite várias abordagens diferentes, há muitas maneiras de se justificar o porquê da adoção de uma proposta pedagógica. Essa legitimação pode acontecer com base na fundamentação (motivos) ou justificação (meios para atingir os fins). A primeira fase da educação no Brasil segue o modelo primitivo da maioria das civilizações. Até a chegada dos Portugueses, a transmissão de conhecimento era feita na forma de histórias contadas e registros passados apresentados aos mais jovens.

Depois que os portugueses chegaram ao país, contudo, houve um choque educacional. A Europa tinha um modelo muito diferente do que era praticado pelos indígenas no Brasil, ainda que fossem consideradas as limitações do início do século XVI. Já havia conceitos difundidos na Europa, norteados principalmente pelo que regia a Igreja Católica.

O processo de catequização dos índios foi também a primeira etapa de contato real (ainda que forçado) entre a cultura vigente no Brasil e os conhecimentos oriundos da civilização europeia. Durante os primeiros anos do regime colonial, a educação aconteceu pela imposição e escravização da população, sem uma troca de informações, os educadores eram os padres jesuítas, que apregoavam as ideias e propostas pedagógicas de sua terra natal para elevar a população brasileira ao patamar que eles consideravam socialmente aceitável.

Essa dicotomia paradigmática entre o que era proposto pelos portugueses e o que era vigente no Brasil não se limitava a costumes e aos valores morais. Nas aldeias, o modelo pedagógico era muito menos repressivo do que a proposta europeia, com mais liberdade de decisão e conduta para os mais jovens no processo de aprendizagem.

O panorama de repressão e controle dos portugueses vigorou no Brasil até 1759, quando o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do país. Essa decisão criou uma completa desordem no processo educacional da colônia, que se viu órfã de uma proposta pedagógica clara. A cisão entre o Marquês de Pombal, que era primeiro-ministro de Portugal, e os jesuítas aconteceu em virtude de uma diferença de valores. Enquanto o político pretendia utilizar o processo educacional para servir os interesses do Estado, os padres insistiam em colocar o ensino a favor da fé.

Depois da expulsão dos jesuítas, o primeiro modelo adotado no Brasil foi o da aula régia, uma aula autônoma e isolada, sem qualquer relação com as outras. O modelo fracassou e foi amparado em 1772 pelo subsídio literário para a manutenção do ensino, que foi um imposto que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a aguardente e deveria financiar a educação no país. No entanto, seu recolhimento nunca foi regular e efetivo, dando origem a professores extremamente mal preparados e mal pagos.

Essa lacuna de investimento na educação só terminou quando a família real portuguesa resolveu se transferir para o Brasil. A mudança de Dom João VI para o Brasil foi um marco para o país. Para receber o monarca, foram inaugurados a Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real e o Jardim Botânico. Para alguns historiadores, esse momento representou a ‘verdadeira descoberta’ do país. O investimento estrutural que antecedeu a chegada de Dom João VI ao país, contudo, não causou grandes mudanças na educação ou na proposta pedagógica do Brasil. A proposta pedagógica seguiu extremamente atrasada no país, mesmo depois de a família real ter desembarcado na América do Sul.

A família real chegou ao Brasil em 1808, ano em que o Correio Braziliense foi fundado e se tornou o primeiro jornal em língua portuguesa a circular pelo país. Além disso, Dom João VI abriu os portos às nações amigas de Portugal, o que fez aumentar a circulação de pessoas ligadas a outros modelos educacionais pelo país. O processo de fomento cultural no Brasil, contudo, sofreu um baque em 1821. Um ano antes, revoltada com a ausência da família real, a população portuguesa havia iniciado uma revolução constitucionalista na cidade do Porto. Isso fez com que Dom João VI voltasse a sua terra natal, deixando a colônia nas mãos de seu filho, Dom Pedro I, que declarou a independência do país em 1822.

Sob o comando de Dom Pedro I, o Brasil fez uma tentativa de reforma educacional em 1823 e instituiu o método Lancaster, criado para funcionar sem um professor. Sob a supervisão de um inspetor, um aluno mais avançado transmitia seus conhecimentos para um grupo de dez companheiros. Independente de Portugal, o Brasil promulgou em 1824 a sua primeira Constituição, baseada nos ideais liberais da constituição francesa. Esse conjunto de leis estabeleceu que a instrução primária e gratuita era um direito de todos os cidadãos.

Dois anos depois, surgiram quatro graus pedagógicos no país: pedagogias (escolas primárias), liceus, ginásios e academias. No ano seguinte, esse modelo foi instituído em cidades e vilas e a seleção de professores começou a ser feita a partir de concursos.

A situação teve uma nova mudança em 1834, quando um ato adicional à Constituição passou às províncias a responsabilidade de administrar o ensino primário e secundário. Isso deu origem, no ano seguinte, à primeira escola normal do país, situada em Niterói (Rio de Janeiro). Em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurado o Colégio Pedro II, com o objetivo de reformular o ensino secundário no país. Porém, as duas iniciativas naufragaram.

Uma nova mudança paradigmática da educação no Brasil só pôde ser vista depois da proclamação da república, em 1889. Em sua última fala no trono, Dom Pedro II pediu empenho para a criação de um ministério destinado aos negócios da instrução pública. Nessa época, o percentual de alunos matriculados nas escolas correspondia a 12% dos que tinham idade para tal e o analfabetismo atingia 75% da população.

A primeira mudança educacional do Brasil república foi a reforma Benjamim Constant, que estabeleceu educação gratuita fundamentada na liberdade e tentou substituir a predominância literária no modelo pedagógico por uma supremacia científica. Esse novo cenário, que procurou fazer dos cursos secundários um estágio de formação para o superior, foi extremamente criticado

pela corrente positivista de ensino. Em 1901, ocorreu uma alteração no sentido contrário. A inclusão da lógica e a retirada de matérias como biologia, sociologia e moral do programa pedagógico acentuou o caráter literário novamente em detrimento da parte científica.

Outra ruptura paradigmática aconteceu em 1911, com a reforma Rivadávia Correa. A ideia básica dessa mudança era transformar o curso secundário em formador do cidadão, deixando de ser apenas um estágio pré-superior. Além disso, o exame de admissão ao ensino superior começou a ser feito diretamente pelas faculdades. Os resultados dessas alterações foram pífios e aumentaram o índice de brasileiros longe das escolas. Apesar de seguidas mudanças de modelo no início do período republicano, a educação no Brasil seguiu intrinsecamente atrelada à estrutura agrária do país. Essa realidade só mudou quando o país começou a investir em sua produção industrial, a partir dos anos 1930.

O fomento industrial criou uma exigência de mão-de-obra especializada, e isso deu origem a uma evolução no processo educacional no país. O cenário nacional caminhou no sentido de aprimorar o nível de instrução das pessoas, e isso pôde ser visto em 1934. Nesse ano, a Constituição estabeleceu pela primeira vez a educação como direito de todos e responsabilidade da família e do poder público. Além disso, foi fundada a Universidade de São Paulo. A especialização da mão-de-obra foi intensificada ainda mais depois de 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo e promulgou uma nova Constituição. O modelo educacional passou a ser dividido entre pré-vocacional e profissional, estabelecendo como obrigatório o ensino de trabalhos manuais nas escolas.

Entretanto, em comparação com os primeiros anos do século XX, a educação brasileira teve um período de pouco desenvolvimento no Estado Novo. Algumas das poucas contribuições incisivas foram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do ensino industrial, além da divisão do ensino secundário entre clássico e científico, que teve aceitação de cerca de 90% dos alunos do colegial. Depois da saída de Vargas, houve muita discussão acerca das diretrizes básicas da educação nacional, com várias iniciativas nesse sentido durante o fim da primeira metade do século XX. Em 1962, foram fundados o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Alfabetização.

Outra iniciativa que apresentou uma nova proposta na educação brasileira foi a fundação da Universidade de Brasília em 1961. A instituição aboliu o exame vestibular e passou a aceitar alunos baseada no histórico escolar deles durante o segundo grau. O período fértil da educação nacional, contudo, teve fim com a instituição do regime militar. A maioria dos especialistas em educação do país

passou a ser perseguida por conta de seus posicionamentos ideológicos e políticos, e as diretrizes pedagógicas do país foram alinhadas ao pensamento da escola militar.

Durante a vigência da ditadura, em 1971, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tinha como principal traço a predominância do ensino profissionalizante. Essa foi uma forma que o governo encontrou para aumentar a capacitação do povo para o trabalho de produção sem que isso implicasse no crescimento da elite intelectual contestadora. A situação voltou a mudar com a abertura política do Brasil. O fim da ditadura retomou a discussão sobre os rumos da educação no país, sobretudo por conta da participação de um número maior de profissionais nas decisões sobre essa área.

Estruturalmente, no entanto, a educação no Brasil não conseguiu obter evoluções sensíveis a despeito das seguidas mudanças. O ensino secundário passou a ser chamado ensino médio, houve uma profusão de cursos universitários e de avaliações do ensino no país. A proposta pedagógica vigente, contudo, ainda é fundamentada nas bases retrógradas de criação de mão-de-obra e de preparação para etapas (o vestibular ou o mercado de trabalho, por exemplo), sem um investimento no caráter social da formação. (Guilherme Costa)

É melhor ser sem aparecer do que aparecer sem ser. A crise do ser e do ter. O que é ser e o que é ter? A sociedade de consumo torna as pessoas até mesmo escravas dos bens. Aquisição de coisas sem necessidade é uma constante. As pessoas não sabem o valor que tem o patrimônio imaterial e valorizam somente o patrimônio material. Por que a aparência tem maior valor? Tudo se compra até mesmo a felicidade! Escravos do consumismo? É a crise referida. Não se pode esquecer a essência das pessoas. Isso é ser. Tudo mais é ter, parece ser.

Assim como na chamada República dos Oligarcas (1894-1930), no Brasil, tinha-se a figura do ‘coronel’, isto é, a autoridade política local de perfil autoritário e paternalista, em outros países da América Latina, desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX, prevaleceu a figura do ‘caudilho’. A diferença em relação à realidade brasileira foi a de que o caudilho apareceu no contexto dos processos de independência das nações latino-americanas, que, em sua maioria, ao contrário do Brasil, não assumiram o caráter de império.

No Brasil, a figura do ‘coronel’ esteve associada ao advento da República a partir de 1889. Dessa forma, após as guerras por independência, como as empreendidas por Simon Bolívar e outros líderes latino-americanos, o caudilhismo apareceu como um modelo político que sucedeu a antiga administração colonial. Com os sucessos dessas guerras, muitos militares

passaram, posteriormente, a assumir a estrutura político-administrativa das regiões libertadas, já que, nesse contexto, as recém-criadas nações latino-americanas não tinham ainda amadurecimento político para suportar os regimes democráticos representativos.

O ensino da filosofia, por exemplo, pressupõe o desenvolvimento de algumas habilidades fundamentais, como a capacidade de constituir problemas a partir da crítica a pressupostos aparentemente naturalizados, a capacidade de articular problemas em campos aparentemente dispersos, desenvolvendo assim um forte pensamento de relações e quebrando a tendência atual em isolar o pensamento em especialidades incomunicáveis. Isso significa ser capaz, por exemplo, de compreender como questões éticas têm relações com questões de teoria do conhecimento, de estética, de política e de lógica, entre outras. Por fim, e esta é sua característica mais impressionante, o aprendizado da filosofia pressupõe a capacidade de pensar como um outro.

Isso faz lembrar de um professor que, ao ver muita pressa em ‘refutar’ Descartes, olhou para mim com sua sabedoria costumeira e disse: ‘Veja, não é possível ler um filósofo com luvas de boxe’. Ou seja, é necessário saber, por um momento, pensar como um outro, até para poder se contrapor com mais propriedade. (Vladimir Safatle).

A pedagogia é uma área de estudo onde o objetivo principal é aprender sobre o processo de estudo e desenvolvimento do ser humano. Sendo assim, o pedagogo é aquele que estudo para compreender todo o sistema educacional. Todas as didáticas do ensino, bem como suas práticas pedagógicas, são alvos de estudo de um pedagogo. Ele é o responsável por desenvolver e aplicar todos os tipos de conteúdo educacional. Porém, não basta apenas concluir uma graduação. O profissional desta área precisa estar sempre em busca de novos conhecimentos. O objetivo de vida de um professor é exercer sempre melhor sua profissão. A Pedagogia é uma ciência ou disciplina do ensino que começou a se desenvolver no século XIX. A pedagogia estuda diversos temas relacionados à educação, tanto no aspecto teórico quanto no prático.

A pedagogia tem como objetivo principal a melhoria no processo de aprendizagem dos indivíduos, através da reflexão, sistematização e produção de conhecimentos. Como ciência social, a pedagogia está conectada com os aspectos da sociedade e também com as normas educacionais do país. O fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade. A Pedagogia é uma ciência e, expressa uma direção explícita da ação educativa. Distinguem-se diferentes manifestações e modalidades de prática educativa, tais como a educação informal, não formal e formal. Informal, corresponderia a ações e influências exercida pelo meio.

Sem educação não há progresso, nem liberdade, nem convicção, nem consciência. Consciência de classe? Muitas vezes se vende o subconsciente, porque não se tem consciência. É muito triste o desapego pelos livros! Até para se doar livros, a dificuldade é enorme. Não é motivo de satisfação algum saber que ainda vivemos em um país de analfabetos. A consciência não tem preço. É algo interno do ser humano. Não é coisa, não é um bem material. Vive-se no século da informação. Mas quem tem informação?

A informação disseminada de forma massificada como um torpedo faz com que deixemos de analisar com profundidade todos os temas que nos chega. Essa superficialidade no cotejo do manancial de informações é que leva à inconsciência dos fatos. Não temos os meios suficientes para aquilatar em que mundo vivemos. Que mundo é esse? O que está acontecendo ao nosso redor.

A instantânea verificação de fatos em termos globais é uma constante em nossas vidas. O que ocorre no mundo inteiro ficamos sabendo em tempo real. Mas por que isso está acontecendo? Qual a consequência desses fatos atuais? Em que medida esses fatos atingem o ser humano não se sabe. A quem se destina os movimentos mundiais? Existem classes sociais mais favorecidas? A finalidade de tais fatos e a forma como acontecem é resultado de uma luta programada? A quem interessa esses fatos da forma como vem acontecendo? A globalização favorece às sociedades desenvolvidas? Isso significa uma forma de imperialismo? Somos atores de nossa própria história? Somos instrumentos do desenvolvimento em sentindo amplo?

Mudanças profundas ocorreram em escala mundial nas últimas décadas do século 20, entre elas o avanço da tecnologia de informação, a globalização econômica e o fim da polarização ideológica nas relações internacionais. Os professores precisam sair de suas disciplinas para dialogar com outros campos de conhecimento. E essa evolução ainda não aconteceu. O professor possui uma missão social, e tanto a opinião pública como o cidadão precisam ter a consciência dessa missão.

O grande problema da humanidade é que todos nós somos idênticos e diferentes, e precisamos lidar com essas duas ideias que não são compatíveis. As disciplinas fechadas impedem a compreensão dos problemas do mundo. A transdisciplinaridade, na minha opinião, é o que possibilita, por meio das disciplinas, a transmissão de uma visão de mundo mais complexa. Para se conhecer o ser humano, é preciso estudar áreas do conhecimento como as ciências sociais, a biologia, a psicologia. Mas a literatura e as artes também são um meio de conhecimento. (Trecho de entrevista com Edgar Morin).

> A escola precisa ser atrativa e dar sentido prático ao que é ensinado. E os professores devem envolver as crianças na resolução de

> problemas, torná-las protagonistas do aprendizado. O meu papel é, junto com eles, errar, testar, fazer com que cheguem às conclusões e criem, sem simplesmente entregar a eles as respostas. (Débora Garofalo).

Os professores geralmente recomendam três livros fundamentais, sendo unânimes em recomendar Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, e Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. Não há consenso sobre o terceiro livro, alguns sugerem Caio Prado Jr., outros Florestan Fernandes, outros Darcy Ribeiro, você pode escolher alguns livros ou artigos destes autores, é interessante conhecê-los. Existem diferentes métodos de alfabetização.

A nossa Lei de Diretrizes e Bases assegura o direito de escolha da metodologia pelas escolas e pelos professores. O mais importante é compreender que a alfabetização é um fenômeno muito complexo e envolve vários aspectos. Dentre eles, o contexto no qual a criança está inserida, as experiências culturais que ela tem acesso e o nível de letramento e de alfabetização das suas famílias. São vários os fatores que precisam ser pensados. (Ana Helena Altenfelder).

> O pensamento crítico e a capacidade de pensar sobre quais devem ser nossos objetivos enquanto sociedade é algo que precisa ser construído. É preciso ter prática nisso para se ter capacidade de participar efetivamente de uma democracia. (Danielle Allen).

O Decreto de Lei nº 7.264, de 20 de maio de 2010, proposto pelo Deputado Eduardo Gomes, institui o Dia Nacional do Pedagogo no país. A data surge como uma oportunidade para discutir o papel da família e da escola no desenvolvimento das crianças, além de delimitar papéis de responsabilidade. O dia 20 de maio é o ‘Dia nacional do pedagogo’, um profissional fundamental na estrutura de nossa sociedade, dedicada a ensinar e desenvolver atividades de pesquisas educacionais, contribuindo assim para a educação do nosso país.

O pedagogo ocupa funções como professor, orientador, administrador escolar, consultor e muitas outras, formando assim a base profissional do nosso sistema de ensino.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM GERAL

1.Algumas questões da educação ambiental.

A educação ambiental, embora seja um tema ainda recente no Brasil, muito se tem discutido a respeito dos efeitos devastadores dos bens naturais envolvidos na sociedade hodierna. Não se pode negar a importância da educação ambiental para se conseguir manter um meio ambiente sustentável, tanto para a população atual, como também para as futuras gerações.

Nesse sentido, necessário se faz uma abordagem relativa à própria formação do corpo docente voltado à formação de alunos para a repercussão do conhecimento dos problemas e das próprias soluções mais urgentes a fim de se preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O reconhecimento de que os recursos ambientais brasileiros foram vistos já em 1500, quando Pero Vaz de Caminha enviou correspondência ao Rei de Portugal, relatando as belezas naturais encontradas no 'Novo Mundo'.

O conceito de meio ambiente é, contudo, bem novo, assim como a gestão do meio ambiente constitui uma atividade também recente. Até há pouco tempo, os recursos ambientais eram tratados de forma isolada no Brasil, razão pela qual os instrumentos e os mecanismos necessários à gestão do meio ambiente ainda não estavam desenvolvidos e aperfeiçoados em sua plenitude. [18]

No entanto, 'a preocupação de que algo deveria ser feito devido a degradação do meio ambiente só teve início entre a década de 1960 e 1970. Nessa época começou a ser analisado os altos índices de poluição e de degradação ambiental em diversas partes do mundo devido a atuação da industrialização'. [19]

A preocupação com a cidadania, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, está profundamente vincada pela convicção de que o indivíduo deve se compreender como sujeito atuante nos processos políticos, em todos os níveis de ação social e de governo.

A existência dessa preocupação evidencia tanto a estranheza e o distanciamento de grande parte da sociedade brasileira em relação à democracia, quanto a alienação que ela mantém de si mesma. [20]

---

[18] SANTOS, *online*.
[19] WADA, *online*.
[20] MARTINEZ, *online*.

Nessa medida, muitos já entendem de forma clara que ‘as questões ambientais afetam diretamente a qualidade de vida da população e compõem um elenco de problemas e situações com enorme potencial para a compreensão crítica da sociedade brasileira’.

Igualmente, os elevados custos para recuperação de áreas ambientalmente degradadas servem de alerta para as autoridades públicas, pois, hoje, torna-se mais barato preservar do que regenerar danos ambientais. Nesse momento, a relação que a sociedade estabelece com a escola pode se converter em importante vetor no atendimento de algumas demandas sociais requeridas para o desenvolvimento da democracia no país’. [21]

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999, pela Lei Nº 9.795 – Lei da Educação Ambiental.

> **Lei 9795/1999.**
> Art. 2°. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

É importante ressaltar que o ‘Brasil é o único país da América Latina que possui uma política nacional específica para a Educação Ambiental’. A educação ambiental nessa perspectiva apresenta um caráter interdisciplinar, onde sua abordagem deve ser integrada e continua, e não ser uma nova disciplina, ou seja, ‘A Educação Ambiental não deve ser implantada como uma disciplina no currículo de ensino em conformidade com a lei 9.795/99’. [22]

Muitos problemas aparecem quando se fala do meio ambiente, mas dentre eles se destacam:

a) a poluição do ar por gases poluentes gerados, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, gasolina e diesel) e indústrias;

b) a poluição de rios, lagos, mares e oceanos, provocada por despejos de esgotos e lixo, acidentes ambientais (vazamento de petróleo) etc.;

c) a poluição do solo provocada por contaminação (agrotóxicos, fertilizantes e produtos químicos) e descarte incorreto de lixo;

d) as queimadas em matas e florestas como forma de ampliar áreas para pasto ou agricultura;

---

[21] MARTINEZ, *online*.
[22] SALLES, *online*.

e) o desmatamento com o corte ilegal de árvores para comercialização de madeira;

f) o esgotamento do solo (perda da fertilidade para a agricultura), provocado pelo uso incorreto;

g) a diminuição e extinção de espécies animais, provocados pela caça predatória e destruição de ecossistemas;

h) a falta de água para o consumo humano, causado pelo uso irracional (desperdício), contaminação e poluição dos recursos hídricos;

i) os acidentes nucleares que causam contaminação do solo por centenas de anos.

Podem ser citados como exemplos os acidentes nucleares de Chernobyl e na Usina Nuclear de Fukushima no Japão; o aquecimento global, causado pela grande quantidade de emissão de gases do efeito estufa; a diminuição da Camada de Ozônio, provocada pela emissão de determinados gases no meio ambiente. O impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais. [23]

A partir do nosso arcabouço jurídico, pode-se dizer que a responsabilidade com o meio ambiente é do Estado e de toda a sociedade. A nossa Constituição Federal de 1988, ao tratar do assunto assim dispõe:

> **CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**
> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
> § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
> I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
> II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
> III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

[23] SANTOS, *online*.

> IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
> V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
> VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
> VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
> § 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
> § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
> § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
> § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
> § 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Não há dúvida que um dos fatores mais importantes e de extrema eficiência ‘no processo de conservação está inserido no contexto da educação. Essa forma ocorre na construção de um ensino ligado à qualidade, e não à quantidade. Formar pessoas conscientes ambientalmente a partir de aulas específicas de educação ambiental possibilita a produção de resultados positivos de médio a longo prazo, o lado positivo desse item é que a mudança ocorre na base da sociedade (jovens), originando pessoas preocupadas com os problemas relacionados ao ambiente’. [24] A problematização e o entendimento das consequências de alterações no ambiente permitem compreendê-las como algo produzido pela mão humana, em determinados contextos históricos, e comportam diferentes caminhos de superação. [25]

Dessa forma, o debate na escola pode incluir a dimensão política e a perspectiva da busca de soluções para situações como a sobrevivência de pescadores na época da desova dos peixes, a falta de saneamento básico adequado ou as enchentes que tantos danos trazem à população.

---

[24] FREITAS, *online*.
[25] MEC, *online*.

A educação ambiental sempre foi uma preocupação na vida das pessoas, mas, com o desenvolvimento tecnológico e urbanização, a sua degradação começa a percepção de que o próprio ser humano é o maior causador do problema ecológico.

Após o processo de urbanização e industrialização a percepção de que a educação ambiental se faz presente em nosso dia-a-dia começou a mudar, o mundo começou um modelo de 'desenvolvimento insustentável', pois não importava o destino dos resíduos químicos, sendo estes da indústria ou das residências, todos eram despejados nos rios, nas matas, no meio ambiente em geral.

Devido ao êxodo rural, há crescimento populacional nas cidades ocasionando assim aumento na geração de resíduos, os recursos naturais renováveis são vistos como inesgotáveis, não há nenhuma preocupação com o meio ambiente. 'A preocupação com o meio ambiente passou a ter maior importância devido a desastres sócio ambientais que suscitaram o medo e, com isso, começaram a aparecer concepções para um 'desenvolvimento sustentável'.

Porém convém salientar que antes houve raros manifestos falando dos possíveis danos que poderiam ser causados pelo uso dos recursos indiscriminadamente. Um desses manifestos ocorreu em 1854 quando o chefe indígena Seattle enviou uma correspondência ao governo norte-americano que tentava comprar as terras indígenas alertando para as consequências da urbanização desenfreada e sem planejamento. [26]

Várias correntes abordam o tema da educação ambiental, assunto que poderá ser objeto de outro artigo, em razão da limitação desse trabalho. Mas, a corrente sustentabilidade, admite que:

> A educação ambiental estaria limitada a um enfoque naturalista e não integraria as preocupações sociais, em particular as considerações econômicas no tratamento das problemáticas ambientais. A educação para o desenvolvimento sustentável permitiria atenuar esta carência. Desde 1992, os promotores da proposição do desenvolvimento sustentável pregam uma 'reforma' de toda a educação para estes fins. Difundido pela UNESCO no Congresso Eco-Ed, dando continuidade ao capitulo 36 da Agenda 21. Esta é uma proposta critica de Edgar Gonzáles-Gaudino que oferece um exemplo de visão integrada de preocupações econômicas, sociais e ambientais em uma perspectiva de sustentabilidade. [27]

Atualmente muito se tem discutido a respeito do meio ambiente, não só no Brasil, mas em todo o mundo civilizado. No entanto, ainda se encontra insipiente a abordagem do tema da educação ambiental no seio das escolas, o que torna iminente uma tomada de posição, não só do Estado, mas também da

sociedade como um todo, para implementar políticas públicas capazes de aparelhar o corpo docente de instrumentos suficientes para atingir uma educação do corpo discente, de modo a tornar os alunos conscientes dos problemas ocorrentes nessa área.

Só pelo fato de a escola ser um dos instrumentos, senão o mais importante, para a conscientização da população em relação à preservação do meio ambiente, já se tem em mente a necessidade de estudos interdisciplinares na abordagem do tema. Hodiernamente não existe qualquer nível de conhecimento limitado a determinada disciplina, pois, cada setor do conhecimento exige um bom trânsito em outras abordagens, sem a qual, nada se consegue de forma geral e globalizada.

Nesse aspecto, o sistema pedagogia a ser utilizado pelas escolas podem, e muito contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, e, com isso, estimulá-los a pensar e a ter uma visão crítica de cada conteúdo transmitido em sala de aula. Portanto, todos aqueles e a sociedade em geral devem voltar-se para uma melhor forma de transmitir conhecimento e permitir o desenvolvimento da capacidade dos alunos, voltando-se a uma consciência dos problemas ambientais, e, com isso, criarem novas perspectivas para a solução, ou ao menos, diminuir as consequências da degradação ambiental.

2.A importância da gestão da qualidade e do planejamento estratégico na gestão escolar

O tema em análise leva a uma análise orientada ao desenvolvimento da sociedade. O estudo tem por objetivo uma reflexão a respeito da experiência de planejamento e gestão de qualidade e do planejamento estratégico na gestão escolar. A investigação teórica tem por método uma abordagem qualitativa, o impacto dessas experiências na gestão e na organização de escolas, especialmente no Brasil. Isso leva à centralização racional de gastos básicas, com o fortalecimento da visão gerencial estratégica, visando à eficiência operacional.

Percebe-se, em termos de Brasil, uma separação de quem executa, bem como a fragmentação das ações em projetos desprovidos de sentido político, até porque convivem dentro da mesma esfera de governo concepções antagônicas na gestão educacional.

---

[26] SILVA, *online*.
[27] SILVA, *online*.

A missão do planejamento estratégico e da gestão escolar visa promover um conjunto de ações para a autonomia e melhoria da qualidade do ensino fundamental e para a garantia da permanência das crianças nas escolas públicas. Sua estratégia principal é incrementar o desempenho dos sistemas de ensino público, fortalecendo a capacidade técnica das secretarias de educação, a gestão das escolas e a participação da comunidade na vida escolar.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) do Ministério da Educação visa a modernização da gestão e ao fortalecimento da autonomia da escola, mediante a adoção do modelo de planejamento estratégico, que se apoia na racionalização e na eficiência administrativa. Tem como objetivo elevar o grau de conhecimento e o compromisso de diretores, professores e outros funcionários da escola com os resultados educacionais; melhorar as condições de ensino e estimular o acompanhamento dos pais na aprendizagem de seus filhos.

O programa provém de um acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o MEC e destina-se às regiões mais pobres do Brasil (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), e dentro dessas, às microrregiões mais populosas, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A ênfase na implementação de programas e projetos voltados para a gestão escolar faz parte de um movimento mais amplo, de porte internacional, que eclodiu nos anos de 1990. Foram definidos novos caminhos organizacionais para a escola básica, que implicam a adoção de outra cultura, ancorada em estratégias de descentralização e autonomia.

A liderança constitui o elemento básico para que a escola possa construir seu projeto e que possa administrar suas carências financeiras com iniciativas próprias ou com o suporte da comunidade em que se localiza a escola. Trata-se de um modelo que se diferencia da abordagem administrativa tradicionalmente utilizada na escola pública e que a instiga a adotar o *modus operandi* do setor privado.

Conforme entendimento doutrinário Fonseca, [28] no quadro das políticas brasileiras para a educação básica, a liderança vem sendo apontada como elemento nuclear para o fortalecimento da autonomia escolar, sendo atribuída, prioritariamente, ao diretor. Já se tem constatado a necessidade de capacitação de diretores como fator determinante para a eficácia do atendimento escolar, pela capacidade de neutralizar o centralismo burocrático e para garantir um serviço mais condizente com as propostas descentralizantes da atual política educativa.

A educação brasileira passou por grandes transformações nas últimas décadas, que tiveram como resultado uma ampliação significativa do número de pessoas que têm acesso a escolas, assim como do nível médio de escolarização da população.

No entanto, essas transformações não têm sido suficientes para colocar o país no patamar educacional necessário, tanto do ponto de vista da equidade, isto é, da igualdade de oportunidades que a educação deve proporcionar a todos os cidadãos, quanto da competitividade e desempenho, ou seja, da capacidade que o país tem, em seu conjunto, de participar de forma efetiva das novas modalidades de produção e trabalho deste fim de século, altamente dependentes da educação e da capacidade tecnológica e de pesquisa. [29]

No estudo da administração escolar, tem-se observado que o planejamento é elaborado em uma perspectiva burocrática, atendendo às orientações das instâncias superiores do sistema educacional, e, muitas vezes de forma acrítica. Nessa perspectiva, o planejamento não influi na qualidade da educação. No entanto, o planejamento estratégico é um importante instrumento de gestão educacional que direcionará a instituição para a meta traçada, à medida que esse se configura como propulsor da eficácia e eficiência.

Os gestores devem pensar a escola como um espaço social, dinâmico e plural, pois vários atores se inter-relacionam nesse ambiente de ensinamentos e aprendizagens. As competências que a sociedade hodierna exige deve garantir a construção de ‘conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidades gradativas e contraditórias da realidade social, econômica, política e científica, como condição para o exercício da cidadania responsável’. [30]

O enfoque do planejamento estratégico enfatiza, em especial, o conteúdo, a orientação e os resultados da organização proposto no plano resultante. Já o planejamento participativo enfatiza o processo envolvido na elaboração do plano, considerado como legitimador do mesmo.

No contexto das empresas enfatiza-se, no planejamento estratégico, a dimensão técnica e analítica da realidade, muitas vezes com descuido da dimensão política, deixando, desse modo de levar em consideração a correlação de forças entre os atores das ações e seus usuários, de que resulta paradoxalmente, falta de visão estratégica.

_____

[28] FONSECA, 2002.
[29] SCHWARTZMAN, 1993, *online*.
[30] LUCK, 2000, p. 8.

Nesse contexto, portanto, o emprego do planejamento estratégico é limitado e se aproxima mais do planejamento funcional. [31] No mundo globalizado, seja qual for o cenário, a dinâmica do mercado exige tomada de decisões rápidas e, devido a essa constante, muitos gestores têm deixado de lado o planejamento estratégico e adotado plano de ações imediato sem se quer planejar essas ações, não sendo possível, na sua grande maioria, prever quaisquer resultados, amargurando, às vezes, profundas frustrações.

Nesse sentido, um bom planejamento estratégico pode ser o fator determinante do sucesso de uma empresa, independente do ramo de atividade que ela exerça, principalmente, em uma unidade formadora educacional. Os gestores educacionais devem tratar o planejamento estratégico, como uma ferramenta determinante para os resultados positivos da instituição de ensino superior, no qual, pensando e agindo estrategicamente, poderá tomar decisões cada vez mais eficientes e eficazes, obtendo assim, melhores opções para conduzir os interesses da instituição. [32]

O termo estratégia como ‘um padrão ou plano que integra as principais políticas, objetivos, metas e ações da organização’. Assim, ‘uma boa estratégia pode assegurar a melhor alocação dos recursos em antecipação aos movimentos, planejados ou não, dos oponentes ou às circunstâncias do ambiente’. [33]

Entende Bateman [34] que ‘o planejamento estratégico é um conjunto de procedimentos para tomada de decisões sobre os objetivos e estratégias de longo prazo’. Por sua vez, Chiavenato e Sapiro [35] consideram que ‘o planejamento estratégico está relacionado com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo que afetam a direção ou viabilidade da empresa’.

Convém observar que, ‘mesmo com as diferenças gerenciais nas instituições públicas com as instituições privadas é de fundamental importância a aplicabilidade dos conceitos de planejamento estratégico, pois são ferramentas norteadoras para a eficiência e eficácia da gestão’.

É notório que o planejamento educacional tem dado ênfase à qualidade do ensino e a gestão educacional, trazendo resultados visíveis no aprendizado. A política educacional na atualidade prioriza o desenvolvimento de padrões de gestão centrados na escola e a implementação de sistemas de monitoramento e acompanhamento sistemáticos da qualidade e do desempenho escolar.

_____
[31] LUCK, 2000, p. 8.
[32] GODOY, 2011, *online*.
[33] CHIAVENATO & SAPIRO, 2003, p. 41.
[34] BATEMAN, 2006, p. 121.
[35] CHIAVENATO; SAPIRO, 2003, p. 39.

A gestão educacional nacional é baseada na organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal e das incumbências desses sistemas; das várias formas de articulação entre as instâncias que determinam as normas, executam e deliberam no setor educacional; e da oferta da educação pelo setor público e privado. Cada sistema tem um papel a desempenhar no contexto educacional do País. No que diz respeito a educação básica, cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios ofertá-la, por sua vez, o ensino médio é um dever dos Estados e do Distrito Federal e a educação infantil dos Municípios.

> As instituições de ensino cuja União é responsável são as escolas particulares e órgãos federais, já aos Estados e Distritos Federais compete as instituições de ensino mantidas por eles, as de nível superior mantidas pelos Municípios, as particulares de ensino fundamental e médio, os órgãos estaduais de educação e as instituições municipais de ensino particulares de educação infantil. Aos Municípios compete as instituições de educação infantil e de ensino fundamental e médio mantidas pelos municípios, as instituições particulares de educação infantil e os órgãos municipais de educação. Embora os entes federativos compartilhem responsabilidades, cada um possui atribuições próprias, tendo a União o papel de coordenar e articular os níveis de sistemas, os Estados e o Distrito Federal o de elaborar e executar políticas e planos educacionais e os Municípios de organizar, manter e desenvolver seu sistema de ensino através da sua integração com as políticas e planos educacionais da União e dos Estados. Diferente da gestão educacional, a gestão escolar, trata das incumbências que os estabelecimentos de ensino possuem, respeitando as normas comuns dos sistemas de ensino. Cada escola deve elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; cuidar do ensino-aprendizado do aluno, proporcionando meios para a sua recuperação; e articular-se com as famílias e a comunidade, proporcionando um processo de integração. Outro ponto importante na gestão escolar é a autonomia que a escola possui e que estar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96- LDB) de 1996. Através dessa autonomia as escolas conseguem atender as especificidades regionais e locais, assim como as diversas clientelas e necessidades para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade. Com base nisso, podemos perceber que a gestão educacional é compreendida através das iniciativas desenvolvidas pelos sistemas de ensino. Já a gestão escolar, situa-se no âmbito da escola e trata das tarefas que estão sob sua responsabilidade, ou seja, procura promover o ensino e a aprendizagem para todos. [36]

A gestão educacional passa pela democratização da escola sob dois aspectos: a) interno - que contempla os processos administrativos, a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos; b) externo - ligado à função social da escola, na forma como produz, divulga e socializa o conhecimento.

_____

[36] VIEIRA, 2005.

A partir da análise de alguns trabalhos recentes (pesquisas realizadas na área de gestão educacional) o estudo pretende trazer suporte teórico para uma reflexão sobre o tema de forma que seja possível ultrapassar o nível de entendimento sobre gestão como palavra recente que se incorpora ao ideário das novas políticas públicas em substituição ao termo administração escolar. O fato de que a ideia gestão educacional desenvolve-se associada a um contexto de outras ideias como, por exemplo, transformação e cidadania. Isto permite pensar gestão no sentido de uma articulação consciente entre ações que se realizam no cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e sócia.

A valorização da escola privada como solução para democratização da educação está comprometendo algumas conquistas gestadas por ocasião da Constituição Cidadã de 1988. Não há dúvida que o movimento de gestão democrática da educação avançou nas décadas de 80 até meados da década de 90. Hoje, este movimento sofre retrocessos, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 20 de dezembro de 1996 tenha confirmado a participação não só na gestão da escola, mas também na construção do projeto político pedagógico, de acordo com a regulamentação em leis municipais.

No entanto essa participação não se consolidou na gestão da educação e muito menos nas propostas pedagógicas das escolas. Três motivos explicam esta situação precária da gestão da escola. Primeiro, o projeto político conservador que está embutido nas práticas administrativas. A administração ou é excessivamente burocrática e controladora privilegiando a uniformidade, disciplina e homogeneidade dificultando qualquer gesto de criatividade ou incorpora práticas de programas empresariais de qualidade total. Segundo, a falta de formação ética e política dos gestores eleitos privilegiam interesses privados em detrimento dos coletivos e públicos. Terceiro, a confusão estabelecida pelo pragmatismo das políticas neoliberais de privatização no setor administrativo público, de tal forma que nem dirigentes em seus cargos administrativos nem dirigidos conseguem distinguir mais o que é público e o que é privado.

Como construir nesse contexto uma participação democrática na gestão e na construção da proposta pedagógica da escola? É fundamental lutar para manter as conquistas democráticas constitucionais. É preciso ir além e se comprometer com uma construção democrática cotidiana em diferentes setores da sociedade e do Estado. As práticas do cotidiano escolar constituem um horizonte para o surgimento, crescimento e consolidação de um projeto democrático alternativo. A investigação das práticas docentes, administrativas e culturais é este horizonte que aponta uma direção. [37]

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n° 9394/96 - LDB), em seus artigos 14 e 15, estatui o seguinte:

> **Lei 9394/1996 (LDB).**
> Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
> I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
> II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
> Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

A legitimação da gestão democrática mostra como a gestão escolar tem finalidades jurídicas e todas as suas ações são legitimadas por elas, a gestão democrática também tem sua legitimação na Constituição Federal e na Lei n° 9.394/96 (LDB). No artigo 18 da Lei n° 9.394/96, a democratização da gestão se reduz a um ideal de orientação de atividades de escolas e universidades e ao incentivo à participação da comunidade.

> **Lei 9394/1996 (LDB).**
> Art. 18. A gestão democrática constitui princípio fundamental da organização e da administração das instituições públicas de ensino, compreendendo:
> I - a existência de mecanismos de coparticipação na gestão das instituições de ensino, com representação dos segmentos que a integram, incluídos, no caso das instituições destinadas á educação e ao ensino de crianças e adolescentes, os pais ou responsáveis;
> 1º - o cumprimento do disposto neste artigo dar-se-á com observância dos seguintes preceitos:
> I - existência de órgãos colegiados e conselhos escolares, com competência sobre o conjunto de todas as atividades desenvolvidas pela instituição;
> III - avaliação permanente da qualidade de serviços prestados e dos resultados das atividades educacionais oferecidas à sociedade;
> V - utilização de métodos participativos para a escolha de dirigentes, ressalvado o provimento de cargos por concurso público;
> VI - incentivo para a criação de associações de profissionais do ensino, alunos, ex-alunos e pais, além das de caráter acadêmico, assegurada sua participação nos processos decisórios internos das instituições.

O conceito de qualidade da educação está relacionado com a natureza da democracia, pois, a medida da estrutura organizacional se relaciona com a qualidade da educação escolar e com a democratização das relações no interior da instituição de ensino, levando à busca dessa qualidade.

---

[37] SOUSA, *online*, 2008.

A gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, sendo esta organização uma unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição. [38]

Cabe ao pedagogo, sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores e suas respectivas disciplinas, no que diz respeito ao trabalho interativo com o aluno. O coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação, do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática aos professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino (considerando o ideal e o possível) auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos. [40]

Está enraizado em muitos professores o enfoque (tão antigo e infelizmente tão atual) da psicologização do início do século passado. ‘Essa tendência de atribuir problemas de aprendizagem a fatores orgânicos e psicológicos é fruto da forte influência médica na construção teórica e instrumental da psicologia’. A indisciplina vem sendo interpretada por ‘diversos olhares’, de acordo com a cultura ou subjetividade de cada um, bem como os fatores que a ocasiona.

A escola, muitas vezes, atribui a indisciplina à família, e essa à escola. Assim, o comportamento indisciplinar não resulta de fatores isolados, mas da multiplicidade de influências que recaem sobre a criança e o adolescente ao longo de seu desenvolvimento. Portanto, ambas colaboram para a disciplina ou não do aluno. [41]

Embora a família exerça um importante e imprescindível papel na educação da criança, esse tipo de educação refletirá em seu comportamento (do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral), mas não se pode dar por finalizada a personalidade da criança, com uma visão determinista. A equipe diretiva (direção, supervisão, coordenação pedagógica, orientação educacional), deve ter cuidado com a relação de poder, inclusive no que diz respeito, ao medo em exercê-lo, como se toda forma de poder fosse despótica. [42]

_____
[38] LIBÂNEO, 2001, p.77.
[39] LIBÂNEO, 2001, p. 104.
[40] LIBÂNEO, 2001, p. 183.
[41] REGO, 1996, p. 96.
[42] VASCONCELLOS, 2002, p. 54.

A equipe ajuda quando não impõe, mas propõe, provoca. É necessário administrar uma tensão no processo: respeito pelo professor e ao mesmo tempo posicionamento, provocação. O coordenador, ao mesmo tempo em que acolhe e engendra, deve ser questionador, desequilibrador, animando e disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo; tem, portanto, um papel importante na formação dos educadores, ajudando a elevar o nível de consciência. [43]

Em razão da falta de aceitação dos profissionais gerando uma das dificuldades, faz com que o gestor se depara com inúmeras dificuldades para conseguir realizar o seu trabalho. O educador não é um trabalhador qualquer. Seu campo de ação é o ser humano, com sua expectativa e projetos de vida, que merece todo respeito. Mais que um trabalho, é uma missão. Difícil desempenhar dadas as condições precárias, o descaso governamental, o próprio descrédito e desprestígio da escola.

A atuação do diretor e da equipe gestora na mobilização de pessoas e no desenvolvimento de liderança participativa é fundamental. Uma liderança mobilizadora está sempre a compartilhar com os outros a solução de problemas, a elaboração de planejamento e a implementação de ações pedagógicas na escola. Sem negar os problemas, uma liderança mobilizadora procura programar ações e consolidar mecanismos visando garantir a participação de todos. [44]

Cabe à liderança de uma organização criar uma contínua vivencia de oportunidades para enaltecer, alertar, congratular-se, alegrar-se, porque o ser humano existe e está aí, a nossa frente, ao lado, em todas as direções para ser festejado e aplaudido, porque é colega, professor, pai vizinho, amigo, a questão do poder dilui-se onde há confiança e o risco tem sentido na palavra e na competência do outro.

Não importa as causas, a formação recebida por cada um de nós que determina, por vezes, personalidades desconfiadas, prudentes ao estremo, que sempre manifestam uma cautela excessiva, antes de confiar. [45]

A importância da comunicação na liderança escolar foi abordada por Ana Cristina Teixeira Andrade (2010, *online*), ao afirmar que ela ‘é, também, parte integrante do trabalho que ocorre nas escolas, entre os professores, podendo até condicioná-lo’. O artigo 206 da Constituição Federal, em relação à democracia apresenta alguns princípios:

_____

[43] VASCONCELOS, 2002, p. 54-89.
[44] DOURADO, 2001, p. 76.

> **CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**
> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
> VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII - garantia de padrão de qualidade.
> VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
> Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Analisando a evolução legislativa, consta-se que foi assegurada pela legalização educacional o momento dos profissionais e trabalhadores da educação (Lei n° 9.394/96 – LDB), art. 14). O artigo 14 da Lei n° 9.394/96 define que o sistema de ensino deve estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica. Essas normas devem estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema e garantir a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, além da participação da comunidade local em conselhos escolares.

O desempenho do gestor pode facilitar a participação da família na vida escolar dos filhos, pois, segundo Paro, [46] ‘em primeiro lugar trata se dos seguintes, contrário a essa pratica sob alegação de que a função de ensinar é da escola, não contendo aos pais arcar com encargos profissionais que são específicos deste.

Em artigo palavras, lega se que os pais têm o direito a uma boa educação escolar para os seus filhos, sem ter de trabalhar também para a escola. A preocupação é procedente diante da arbitrariedade que continua acompanhar o discurso e as práticas relacionadas ao tema, mas é preciso um maior esclarecimento do assunto.

Por um lado, o fato de a escola ter funções especifica não a isente de levar em conta a continuidade entre a educação familiar e a escolar; por outro, é possível imaginar um tipo de relação entre pais e escola que não esteja fundada na exploração dos primeiros pela segunda.

---

[45] FERNANDES, 2001, p. 56-57.

É possível imaginar, um tipo de relação que não consista simplesmente de uma ajuda gratuita dos pais a escola. Pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que por um lado, é um bem cultural para ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar e reverter-se em benefícios dos pais, na forma de melhoraria da educação de seus filhos'.

A educação é considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural. Mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais. Há duas outras razões básicas que incentivam políticas públicas no sentido de promover a educação em geral e, especialmente, a escolarização básica:

> A primeira delas reside na necessidade de preparação para a cidadania, incorporando à vida nacional grandes massas da população, dando a elas a instrução que lhes permita participar, tanto como eleitores, quanto como usuários dos serviços oferecidos pela sociedade moderna. No mundo todo, a extensão da participação política e do acesso a benefícios sociais, que constituem o cerne da cidadania na sociedade moderna (democrática ou não), esteve associada à universalização da educação básica. Numa sociedade democrática, essa universalização torna-se ainda mais necessária, porquanto dela depende o acesso do eleitorado a informações essenciais para a participação política plena e esclarecida. A segunda, que se vem manifestando com intensidade crescente, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, reside na alteração do processo produtivo associada ao desenvolvimento tecnológico, o qual exige mão-de-obra cada vez mais qualificada. Um sistema de educação básica que atenda ao conjunto da população é hoje essencial ao desenvolvimento econômico. [47]

A educação no Brasil está arraigada de um conteúdo autoritário, voltado à sapiência do corpo docente, esquecendo-se da qualidade do corpo discente, como ator de sua construção histórica.

O ser humano, como todos sabem, é um ser social, portanto, necessitando de uma convivência social, até mesmo por necessidade para satisfação dos seus interesses e de toda a comunidade. A escola apresenta-se, atualmente, como uma 'receita pronta', não permitindo, em regra, a participação dos alunos nos destinos da própria educação na qual está inserido, e deveria ser um dos protagonistas principais.

Com o desenvolvimento social, cultural e político das massas, emerge o interesse e a necessidade de um aprendizado compartilhado entre professores e alunos, não sendo possível a permanência de um tratamento unilateral, afastando do desenvolvimento do corpo discente, no currículo, inclusive. Cada instituto ou categoria ministrada pelo professor deve ser feita uma avaliação

entre os envolvidos (professores e alunos), no sentido de se colocar todos no mundo pensando, instigando o senso crítico. Cada matéria ministrada pelo professor deve levar em consideração o momento e as circunstâncias sociais e políticas na qual se insere o assunto em pauta, para com isso, estimular o aluno a desenvolver o espírito de cidadão consciente de sua posição e conscientização no meio social.

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e liberdade de atuação. Esse modelo de gestão, representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola. 'Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo' (Paulo Freire). Por fim, não se pode acreditar, nos dias atuais, em uma educação sem a prática democrática, revelada pela participação dos alunos nos destinos da própria formação como ser social, e, portanto, político.

3.Filosofia na Educação Infantil

Ao se abordar a filosofia na educação infantil, deve-se fazer uma reflexão sobre essa disciplina nos primeiros anos de aprendizagem. Em primeiro lugar, necessária se faz uma compreensão da palavra 'Filosofia'. O vocábulo 'Filosofia' é formado por dois outros vocábulos gregos: *philos* = amizade; amor; e *sofhia* = sabedoria. Portanto, Filosofia significa 'amor pelo saber, amizade à sabedoria, buscar o saber. [48]

No momento atual já se verifica uma discussão a respeito da importância de incluir a filosofia no currículo das séries iniciais, embora tal perspectiva encontre muita resistência tendo em vista a mudança curricular, cujo objetivo seria proporcionar uma educação dialógica e reflexiva. Na educação tradicional busca-se uma postura passiva do educando, cerceando-lhe de poder, bem como de realizar questionamentos. Mas, em uma visão reflexiva, com esteio na filosofia, a educação pode ser um espaço de construção do mundo, no qual se proporciona diretrizes, e a partir daí se estabeleçam cidadãos verdadeiramente críticos e reflexivos, com capacidade para observar a ação diante dos desafios do mundo globalizado.

A filosofia nas séries iniciais é essencial e imprescindível, pois, possibilita aos alunos a construção da criticidade do seu aprendizado, tendo como perspectiva a valorização e incentivo da autonomia e desenvolvimento de suas potencialidades.

---

[46] PARO, 2002, p. 25.
[47] GOLDEMBERG, *online*, 1993.
[48] CHAUÍ, 1999, p. 22.

Os métodos que a Filosofia nos anos iniciais procura criar são condições necessárias para os educandos se tornarem mais críticos e autônomos, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento integral da criança nessa fase, estimulando a aquisição de habilidades e competências consideradas essenciais e necessárias à sua vida pessoal e social.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica em que a criança desenvolve suas potencialidades físicas, intelectuais, cognitivas e socializadoras, fundamental para o processo de construção de sua identidade. A partir de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases, estabelece que a educação infantil faz parte do sistema nacional de ensino, sendo considerada a primeira etapa da educação básica, cujo objetivo é o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos. Em 2006 essa lei foi alterada pela Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, destinando, essa etapa às crianças de 0 a 5 anos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Na história do Brasil, essa é a segunda vez que a educação conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta todos os seus níveis. A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61).

Portanto, a Lei de Diretrizes e Bases reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A educação tem como objetivo promover o desenvolvimento das capacidades físicas, afetivas, éticas, emocionais e estéticas das crianças, porém educar não se limita apenas na dimensão pedagógica, é essencial contemplar a integração de vários campos de conhecimento, valorizando o cuidado para que a criança tenha um desenvolvimento integral.

O professor tem um papel fundamental no processo educacional, instigando as crianças para a investigação, o questionamento, a curiosidade e a situações em que possam desenvolver habilidades para busca da compreensão filosófica por meio de uma metodologia diversificada. A filosofia impõe que a classe se converta numa comunidade de investigação, onde os estudantes e professores possam conversar como pessoas e como membros da mesma comunidade; onde possam ler juntos, apossar-se das ideias conjuntamente, construir sobre as ideias dos outros; onde possam pensar independentemente, procurar razões para seus pontos de vista, explorar suas pressuposições; e possam trazer para suas vidas uma nova percepção de o que é descobrir, inventar, interpretar e criticar. [49]